



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

CURSO

ATUALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Facilitadora:



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

MÓDULO 1 - PLANEJAMENTO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Planejamento governamental e o ciclo de gestão de políticas
- Articulação dos instrumentos de Planejamento com a Política de Assistência Social
- O que é o Plano de Assistência Social (PAS)?

MÓDULO 2 - A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- O diagnóstico socioterritorial
- O processo de elaboração do Plano

MÓDULO 3 - MONITORAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO PAS

- A importância do monitoramento no ciclo de gestão do PAS
- O papel do controle social no monitoramento da execução do PAS
- Utilização de indicadores de monitoramento do PAS
- Articulação entre o monitoramento da execução do PAS





- Quem é gestor ?
- Quem é técnico?
- Quem atua em CRAS ou CREAS?
- Quem é concursado?
- Quem já participou do CapacitaSUAS ?
- Quais cursos você e/ou a equipe do seu município participou?
- Houve ação multiplicadora no seu município ?





Em Relação à POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ...

- Quem permanece atuando no mesmo município?
- Quem está iniciando em novo município?
- Quem é novo na política de assistência social?
- Quem atua exclusivamente no setor de planejamento?
- Quem trabalha no setor de vigilância socioassistencial?
- Quem tem acesso ao Plano Municipal de Assistência Social ?
- Quem já participou da elaboração do Plano Municipal?



INTEGRA O PROGRAMA CAPACITASUAS

- **Consolidação** de um modelo de **atenção cidadã** na perspectiva do direito.
- **Desprecarização** do trabalho, dos trabalhadores e dos agentes sociais do SUAS.
- Constitui-se enquanto espaço de **trocas e debates** que permitam aos participantes suspender seu cotidiano e reconstruí-lo à luz de conceitos e paradigmas.



Para tanto é necessário fortalecer:

- ❖ Capacidade de **análise de conjuntura** na qual se constitui/insere a Política de Assistência Social enquanto política de Estado;
- ❖ **Compreensão conceitual** sobre objeto;
- ❖ Desenvolvimento de **prática** que busquem a emancipação e autonomia dos sujeitos.

“A educação não muda o mundo. A educação muda o homem, o homem muda o mundo”. Paulo Freire



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Direcionado a **gestores** e **técnicos** das secretarias municipais da assistência social ou congêneres, tem como objetivo: **capacitar diferentes atores** envolvidos na formulação dos Planos de Assistência Social nos conhecimentos, metodologias e procedimentos aplicáveis ao processo de **elaboração, monitoramento e atualização** dos mesmos.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Modulo I

**PLANEJAMENTO E
POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- Compreender o **conceito** e a **prática** de planejamento estatal no contexto da construção de políticas públicas;
- Compreender e diferenciar os **modelos** de planejamento;
- Compreender o **ciclo orçamentário** no contexto da política de assistência social.



UNIDADE 1.1

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E O CICLO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



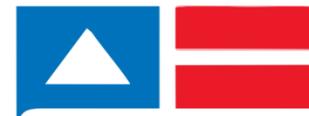
**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

O planejamento é uma característica inerente à atividade humana.

O que pode parecer condição automática, pela força do hábito, exige do ser humano um complexo exercício de **premeditação**, de **organização prévia**, de **controle** e distribuição dos **recursos** disponíveis.

Portanto, ao discutir os conceitos e metodologias de planejamento, deve-se considerar inicialmente que esse é um tema com o qual **todos** já têm afinidade.



Implementação de políticas públicas :

- ❑ Submetido a um conjunto de **normas e códigos** exatamente por tratar de questões que **transcendem a decisão particular.**
- ❑ Envolve um conjunto de **atores com visões e expectativas diversas** e uma infinidade de **fatores políticos-institucionais.**
- ❑ Planejamento assume características: **ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar ações; promovem as transformações desejadas na realidade da instituição ou da sociedade.**



Planejamento Tradicional:
ator importante: formulador,
indivíduo que detém
conhecimento técnico e trabalha
a serviço dos que têm poder de
decisão.



Planejamento Estratégico
Situacional: Este prevê a
participação de diferentes
agentes, considerando a
importância dos diferentes
conhecimentos, não só o
técnico.







- ❑ Quando o planejamento é instrumento de organização da ação, contrário de “fazer o que é possível”;
- ❑ Quando sistematiza o conjunto das informações com tratamento técnico e científico dos dados;
- ❑ Quando, a partir disso **subsídia a tomada de decisões acertadas.**





- ❑ **Planejamento** é um **processo contínuo de tomadas de decisões**, inscritas nas relações de **poder**. (BAPTISTA, 2000: 17)
- ❑ **Planejar** é **agir de um determinado modo para um determinado fim**. É o **processo de construir a realidade com as características que se deseja** para a mesma.



PLANEJAMENTO



Guarda relação com



PODER

- autonomia
- divisão de poder
- processos coletivos

CONHECIMENTO

- da realidade
- do objeto,
- das técnicas utilizadas.



- Planejar é **construir o futuro desejado** e não se deixar ser arrastado pelos acontecimentos (MATUS, 1985,  **Oposto de Improviso.**

- Compromissos históricos da Política de Assistência Social:

Rompimento com práticas espontâneas baseadas na caridade, clientelismo, assistencialismo para **construção de um sistema público de proteção social** (Tripé da Seguridade Social) e **enfrentamento às situações de vulnerabilidade e exclusão social.**



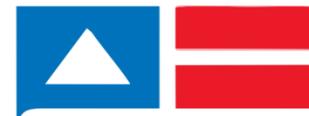
UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

- A Função do Planejamento é tornar a ação explícita, precisa, eficiente, eficaz, direcionada e transformadora. (GANDIN, 2001).
- O Planejamento Governamental é a atividade que, **a partir de diagnósticos e estudos, orienta as escolhas de políticas públicas,** conforme define a **Lei n. 12.593** de 18 de janeiro de 2012.



Como está no meu município?

Impressões sobre processo de planejamento

- Participativo: _____
- Centralizado: _____
- Serve de base para a ação: _____
- Não é de conhecimento de todas as equipes: _____
- Os usuários participam dos processos de planejamento: _____
- Os usuários não são convidados a participar: _____
- Os usuários são convidados mas não se envolvem: _____



Como está no meu município?

Impressões sobre processo de planejamento

- O Plano Municipal é revisitado periodicamente: _____
- As ações são referenciadas nos problemas identificados nos territórios: _____
- A definição das ações dependem do governo federal: _____
- Está implantado um sistema de planejamento, monitoramento e avaliação _____
- Planejamento ocorre nos serviços, sem relação entre os diferentes setores _____



Vamos Refletir!!!



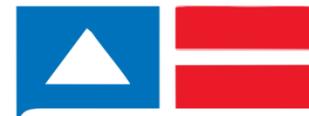
Por que a situação apresentada é esta?



- Processo de industrialização;
- Ação assistencialista / caritativa;
- Estado - relação com grupos privados e religiosos na assistência aos necessitados através de isenção fiscais clientelistas;
- Quando as lutas sociais conduzidas pela **classe de trabalhadores** começam a **pressionar o Estado** a **questão social** passa a ocupar a agenda pública, levando a ampliação da atuação do Estado na área social.



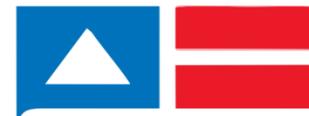
UFBA
Universidade
Federal da Bahia



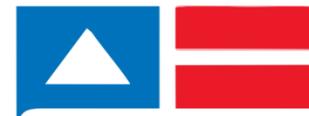
**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

- Estado cria instituições que atuam tanto na proteção dos trabalhadores formais quanto dos trabalhadores informais e/ou desempregados: Exemplo – LBA.
- LBA reproduz na esfera pública o modelo **assistencialista, clientelista** privado reforça laço de **dependência dos mais vulneráveis** – “primeiro **damismo**”.
- Tudo continuava igual: LBA se espalha pelo Brasil estimulando o **VOLUNTARIADO FEMININO, a CARIDADE e a BENEMERÊNCIA.**

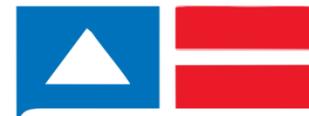


- Ações **fragmentadas** e **pontuais** e as entidades privadas **determinavam como e para quem** se daria o atendimento.
- O Brasil tem **519** anos de história, somente **31** anos de reconhecimento da Assistência Social como política de proteção social.
- **Constituição 1988:** Assistência Social é reconhecida como Política Pública integrante da Seguridade Social.
- Aqui começam a se instalar **rupturas** importantes onde o **planejamento** torna-se processo **imprescindível** num modelo de gestão descentralizado e participativo.



O texto constitucional foi regulamentado em 1993 através da **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)** colocando a **Política de Assistência Social** como:

- Primazia da responsabilidade do Estado;
- Estrutura descentralizada e democrática;
- Cofinanciamento pelos três níveis de governo;
- Conselho, Plano e Fundo como elementos fundamentais de gestão.



Com base nas deliberações da:

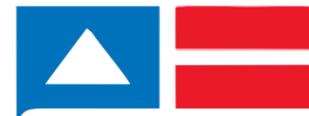
- IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003) e
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) / SUAS

Municípios classificados por porte:

- Pequeno Porte I - até 20.000 habitantes;
- Pequeno Porte II - de 20.001 a 50.000 habitantes;
- Médio Porte – de 50.001 a 100.000 habitantes;
- Grande Porte - de 100.001 a 900.000 habitantes;
- Metrópole - mais de 900.000 habitantes.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



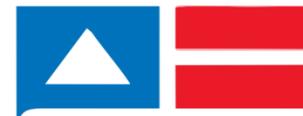
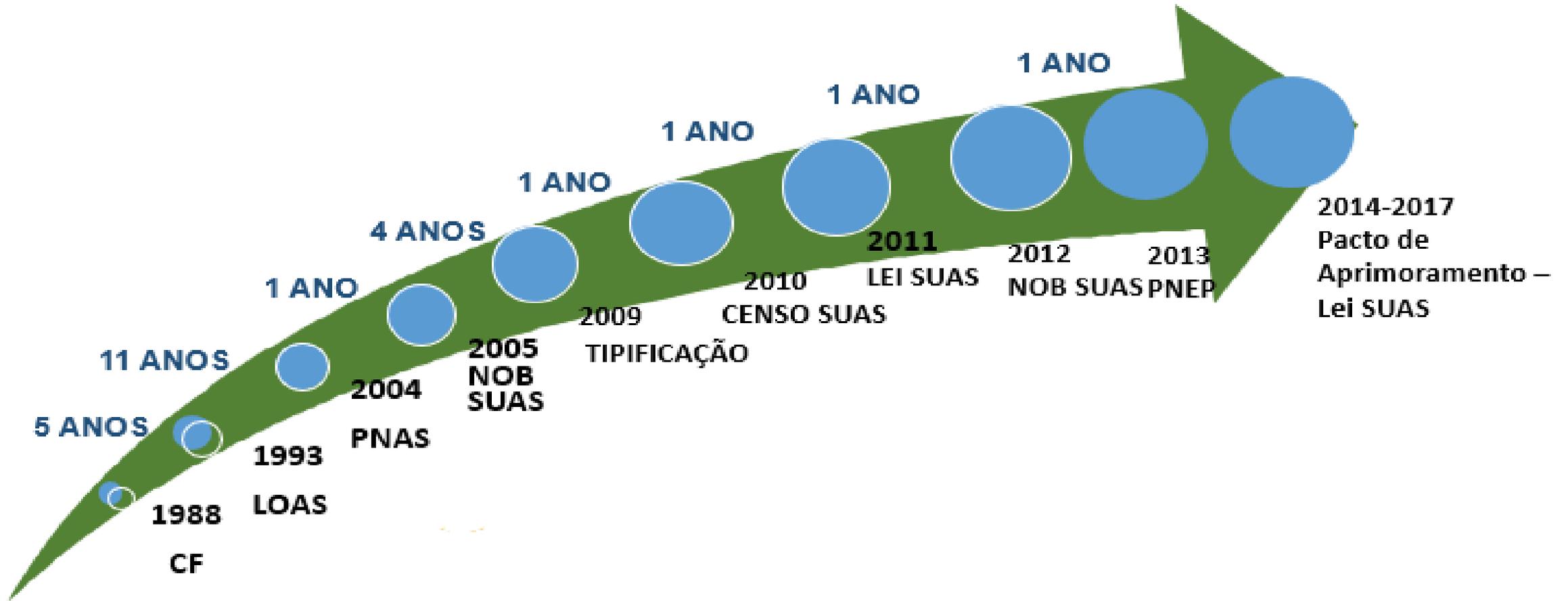
**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Com base nas deliberações da:

- IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003) e
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) / SUAS
- Princípios/elementos norteadores:
 - ✓ territorialização,
 - ✓ matricialidade sociofamiliar, e
 - ✓ intersetorialidade.
- **Serviços socioassistenciais organizados em níveis de proteção:** básica e especial, sendo a especial dividida em média e alta complexidade.





- Vimos que a assistência social se consolidou enquanto modelo de política orientada pela **improvisação** e pela vontade política de acordo com **interesses** do grupo dominante;
- **Porém**, na atual Política Nacional de Assistência Social (PNAS), organizada em Sistema Único, reforçam-se os modelos e sistemas de gestão **democrático** e **participativo**, o efetivo **controle social**, qualifica enquanto “**providências urgentes**” a formulação e a implementação de **sistemas de planejamento, monitoramento e avaliação.**



Portanto, os modelos de planejamento são metodologias para a elaboração dos planos

Planejamento
é forma

Plano é o
produto

Por isso, a elaboração do planejamento é uma atividade fundamental para os governos.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

- Definição de objetivos;
- Como serão atingidos, e
- Como serão avaliados os impactos das ações.

Consiste em um **documento orientador** das ações dos governos e também em uma **forma de publicizar suas intenções**.

É a ferramenta que **“PODE”** promover a transparência.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

DEFINIÇÃO DA

Agenda

- 1.
- 2.
- 3.



- Um problema adquire relevância política quando é prioridade dos gestores públicos;
- Quando entra na agenda vai impactar as alternativas e as soluções que a ele serão apresentadas.



PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL:

Mecanismo pelo qual o Estado viabiliza o acesso aos bens e serviços considerados direitos sociais aos cidadãos através das **POLÍTICAS PÚBLICAS**.

Portanto, o planejamento incide em todas as **etapas** da gestão de uma política pública desde a definição de sua agenda e prioridades, até a avaliação de sua execução.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

CICLO DE GESTÃO



FORMULAÇÃO DAS ALTERNATIVAS

- Definição das possibilidades para tratamento do problema priorizado, conforme os **objetivos** a serem alcançados e os **meios** disponíveis para a solução do problema identificado.
- **Envolve:** avaliação preliminar sobre os custos e benefícios e das chances do projeto se impor na **arena política.**



TOMADA DE DECISÃO

- Etapa em que se adota uma ou um conjunto de alternativas possíveis, ponderando **expectativas de resultados e custos para sua obtenção, segundo os meios a serem empregados.**
- Normalmente precedem ao ato de decisão processos de **conflitos** e de **acordos** envolvendo os atores mais influentes na política e na administração.



IMPLEMENTAÇÃO

- **Conexão** entre a intenção do **planejamento** e o **resultado** alcançado.
- Nesta etapa se põe à prova a **qualidade** da decisão tomada e sua adequação ao mundo do possível.
- Nesse momento surgem os **obstáculos**, previstos ou não, planejado, exigindo desenvoltura e liderança dos gestores para superá-los.



AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Verificação o que foi e não foi alcançado em relação aos resultados esperados, assim como os efeitos indesejados, pois isso ajuda na definição das ações necessárias daí em diante:

- suspensão,
- modificação, ou
- manutenção da política.



CENÁRIO 1



CENÁRIO 2



Vamos Refletir!!!



ANTES

X

AGORA



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



GOVERNO
DO ESTADO

BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.

DESAFIOS RELEVANTES AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Processo histórico em construção onde o embate atual entre o que está sendo planejado e executado por um governo determinado a **reduzir e congelar gastos, concentrar riqueza** na mãos do grande empresariado e banqueiros e o projeto político planejado para atender a **demanda da classe trabalhadora**, definirão os rumos do país e os resultados a serem alcançados.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

DESAFIOS DO PLANEJAMENTO

Tomada de decisão:

Atual, onde as decisões estão sendo tomadas de forma **AUTORITÁRIA, CENTRALIZADAS NO LEGISLATIVO, SEM DISCUSSÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR**, PEC e DECRETOS.

Mas, **não** sem a resistência dos trabalhadores, estudantes, sindicatos, Fórum dos Trabalhadores do SUAS (Nacional, Estaduais), Conselhos.

A quem interessa qual decisão?

E nós... como nos colocamos????



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Mudança legais – MP / PEC;
- Mudança constitucional terão impactos sobre a forma de organização,
- Cofinanciamento,
- Especificidades advindas da ruralidade,
- Especificidades do mundo urbano;
- Especificidades territoriais / regionais;
- Características de grupos populacionais, dentre outros.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



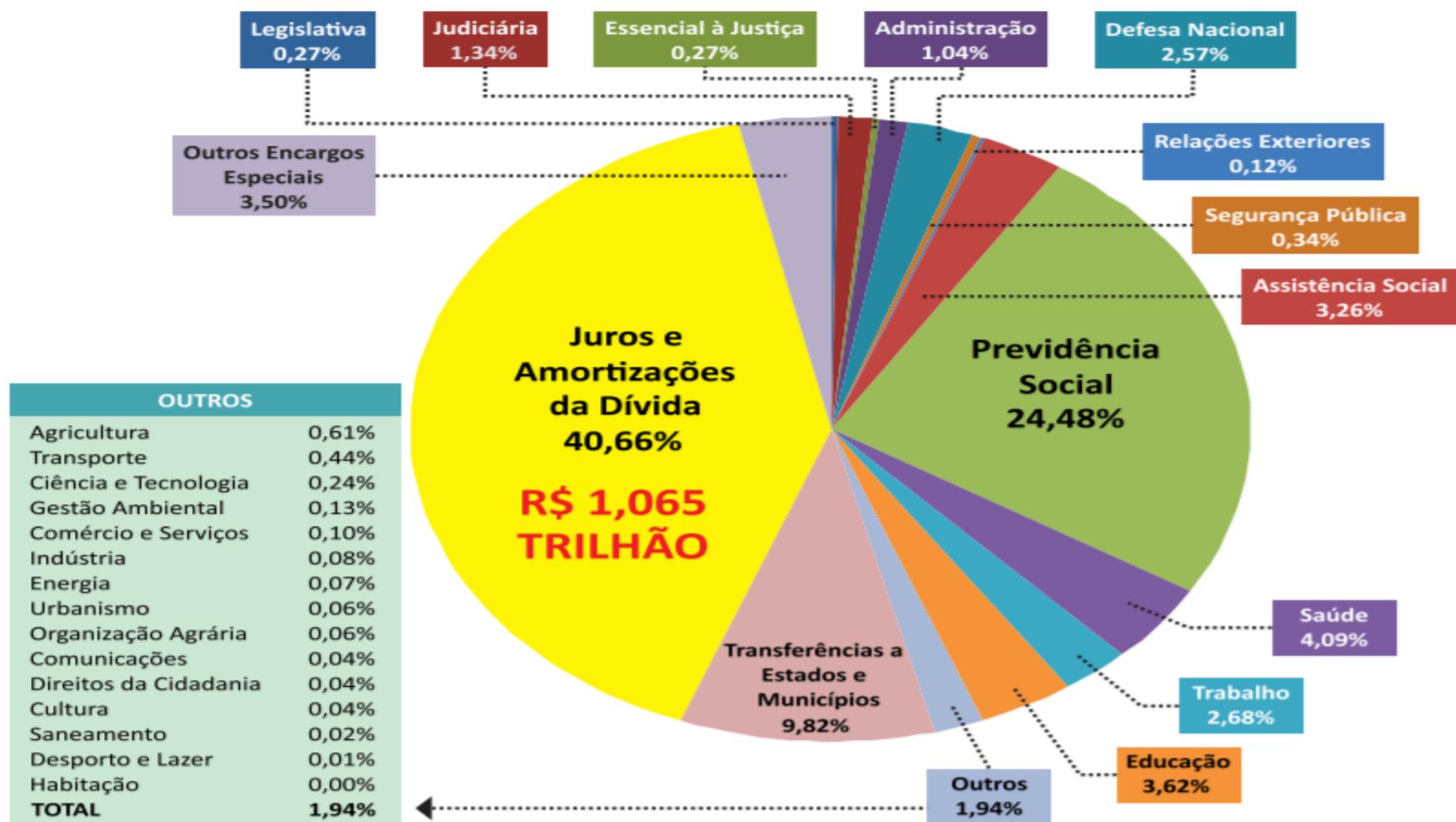
**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada

Mostrar
gráfico do
orçamento
geral da união
2018



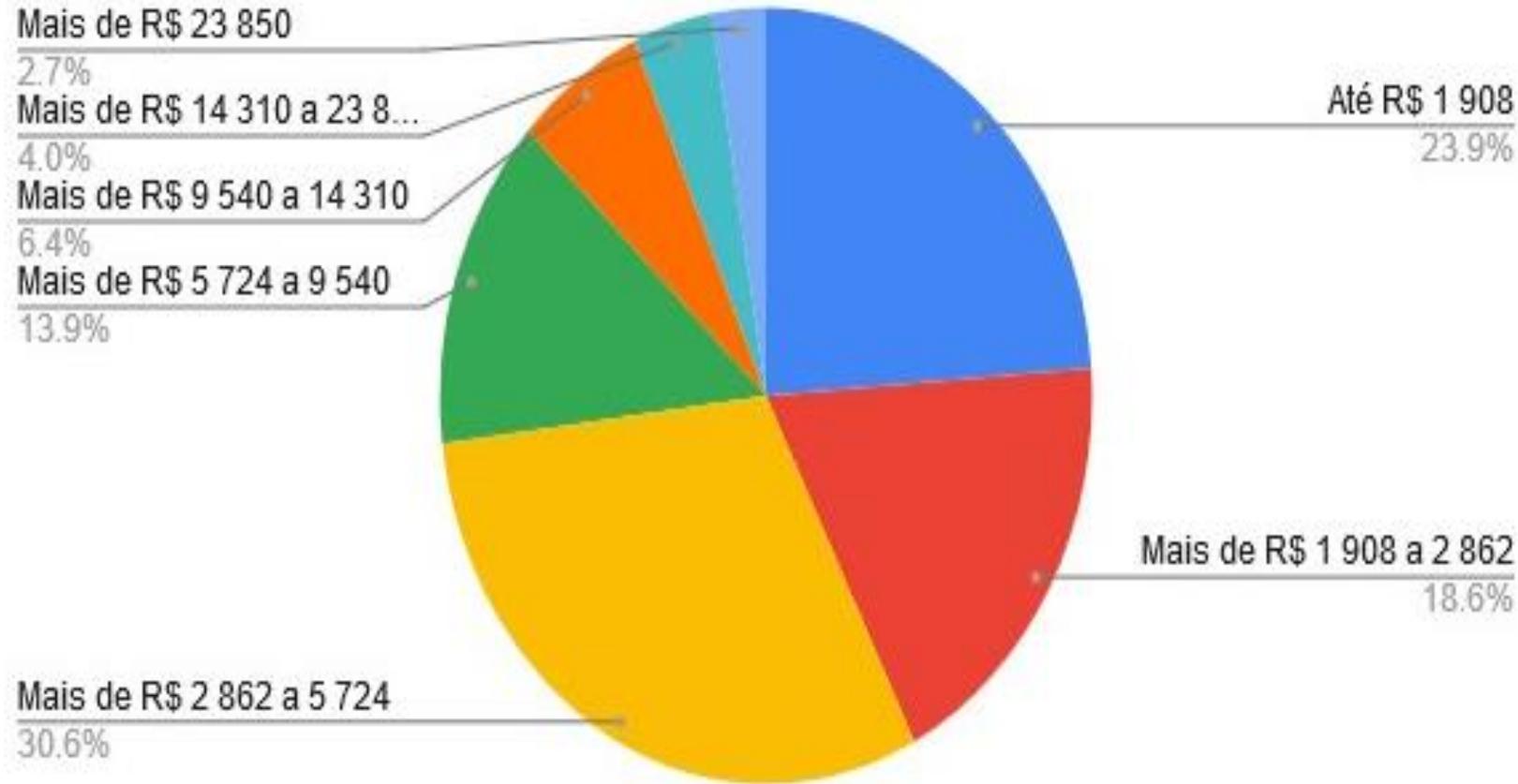
Fonte: SIAFI - <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - Banco de Dados Access p/ download (Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018)

Nota 1 - Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tesouro contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização. Veja as explicações: <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

Participação % das categorias de renda na população brasileira

Fonte: IBGE POF 2017/18. Elaboração O Cafezinho.

Distribuição renda no Brasil



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

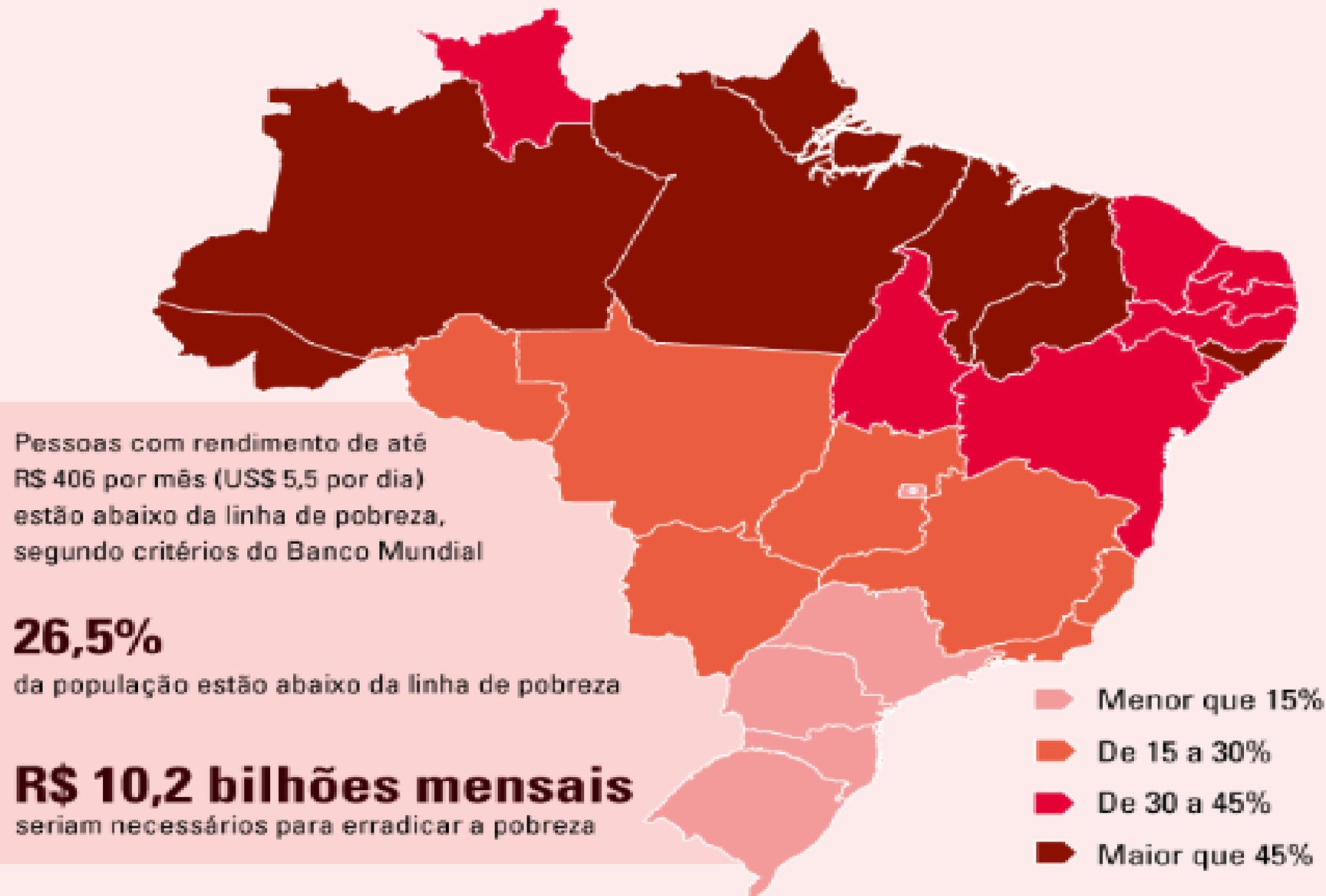
**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Pessoas abaixo da linha de pobreza – 2017

Fonte: IBGE 2018

Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza

Por Unidades da Federação - 2017



Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2018

- 10% da população concentram 43,4% de toda a renda recebida no Brasil.
- 56,6% da massa de rendimento mensal real domiciliar do país está distribuída entre os 90% restante da população brasileira.

Os números, que mostram a desigualdade e a concentração de renda no país, integram o módulo Rendimento de todas as fontes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. (PNAD- IBGE - 2017) .



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Vídeo

Foco na Tarefa x Foco no Resultado

https://www.youtube.com/results?search_query=foco+na+tarefa+x+foco+no+resultado



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO: PPA / LDO / LOA

O orçamento público, em sentido amplo, é um documento legal, aprovado por lei, contendo a previsão **estimativa de despesas** a serem realizadas pelo Governo em um determinado exercício.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

ORÇAMENTO PÚBLICO

- Instrumento estratégico de planejamento das ações do Estado que, ao **definir os campos** de investimento e custeio* **priorizados** torna-se fundamental para a implementação das políticas públicas.
- É um instrumento utilizado para **gerenciar e controlar** a aplicação dos recursos públicos e **monitorar** os gastos realizados pelo governo.



É o **compromisso do governante com a sociedade para a execução de políticas públicas**. Por meio dele, todos os cidadãos podem visualizar onde, quando, como e por quanto será realizada uma obra ou fornecido um serviço.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Exemplo: Para que um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) seja construído, os técnicos remunerados e a limpeza realizada, é preciso que haja antes a previsão detalhada do que será feito e de quanto será gasto. Esta previsão é expressa no texto do orçamento público.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Exemplo Orçamento em Planos

I - Solicitar dos cursistas exemplos de planos em vigor.

II - Apresentar o Plano Decenal da Política de Assistência Social

<file:///C:/Users/Maria/Downloads/Plano%20Decenal%202016-2026.pdf>

Instrumentos do Planejamento Orçamentário

- Plano Plurianual - **PPA**
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - **LDO**
- Lei Orçamentária Anual – **LOA**



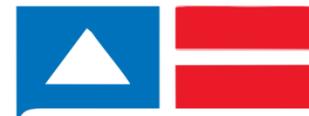
UFBA
Universidade
Federal da Bahia



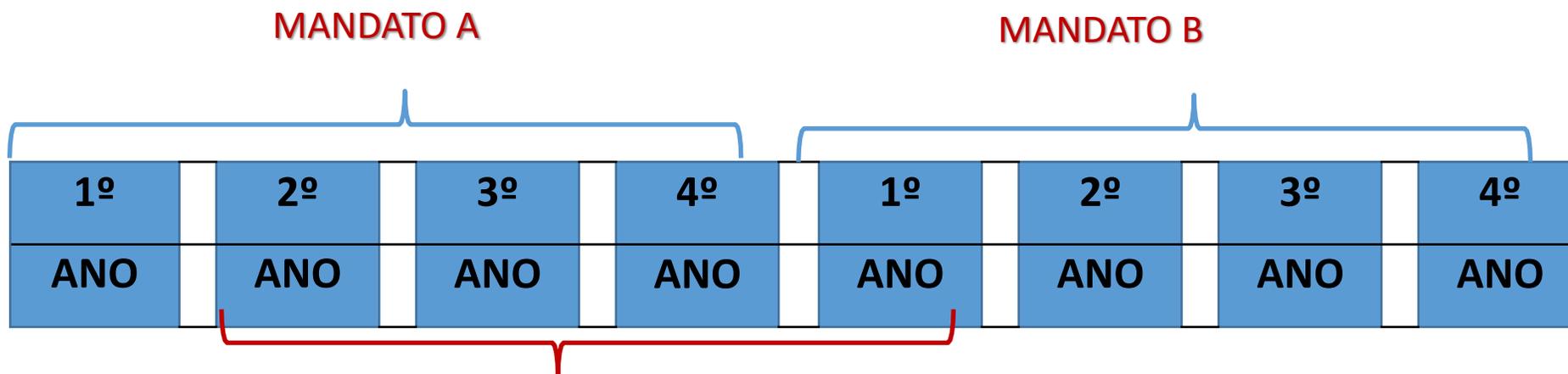
**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

- Deve conter as **diretrizes, objetivos e metas** da administração pública.
- Como instrumento de planejamento estratégico é formado por **todos** os programas e projetos que o governo pretender realizar no período de **quatro anos**.
- A consequência disso é que a construção do PPA **depende dos planos** das políticas públicas setoriais.



Em sua essência, o **PPA é um dos principais instrumentos de planejamento**: define por um período de quatro anos os programas, projetos e ações do Poder Executivo.



Vigência do PPA

Elaborado: 1º ano de mandato.

Vigora: Início do 2º ano até o final do 1º ano do mandato seguinte.



- No tocante à Política de Assistência Social, é importante que a proposta do **PPA contemple as reais necessidades do Município.**
- MDS disponibiliza diversas ferramentas informacionais que apoiam tanto a construção de diagnósticos quanto a elaboração do PPA Municipal.
- Link Relatório Subsídios para Elaboração do PPA Municipal:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Define as metas e prioridades do PPA para o próximo exercício administrativo, estabelecendo as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A **Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO)** é uma lei anual e estabelece a conexão entre o **PPA** e a **LOA**.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Define os recursos necessários para as ações da LDO.

A lei deve conter de forma detalhada:

- Ações que serão implementadas e executadas pelo poder público no período de um ano;
- Todas as receitas e todas as despesas relativas ao orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos, para um ano de exercício.
- É uma lei ordinária, cuja validade abrange somente o exercício fiscal a que se refere.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

A lei deve conter de forma detalhada:

- Tem como um dos objetivos centrais o cumprimento ano a ano das etapas do PPA em consonância com a **LDO**.
- É o orçamento propriamente dito. (Caderno de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, do MDS, 2013b).

PPA

Diretrizes, objetivos e metas, serviços e benefícios para 04 anos

LDO

Metas e prioridades entre programas dispostos PPA

LOA

Definição dos recursos



CICLO ORÇAMENTÁRIO

PPA: diretrizes, objetivos e metas,
Programas, ações e atividades.
Validade de 04 anos

LDO: Metas, prioridades, parâmetros de
arrecadação e gasto. Validade de 01 ano

LOA: Recursos necessários para executar o
PPA e LDO. Valores, categorias de despesa,
fontes de financiamento. Validade de
01 ano

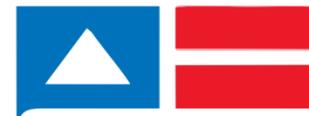


- Para que as ações de Assistência Social sejam implementadas precisam, necessariamente (PNAS, NOB/SUAS 2012), estar contempladas nas peças orçamentárias: PPA, LDO e LOA.
- Contemplando: apresentação dos programas e das ações, em coerência com os Plano de Assistência Social (PAS) - **conhecer SUAS.**

Atenção: O PAS é o documento estratégico para a construção do PPA da União, Estados e Municípios.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

CONSTRUINDO O PAINEL SUAS

SUAS que temos

X

SUAS que queremos.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

Sistema público não contributivo, descentralizado tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social.

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social **NOB/SUAS**.

Art. 1º A política de assistência social tem por funções:

Proteção social / Vigilância socioassistencial / Defesa de direitos.

http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

PROTEÇÃO SOCIAL

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Serviços
Programas
Benefícios

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Serviços de
Proteção Social
Especial de
Média
Complexidade

Serviços de
Proteção Social
Especial de alta
Complexidade



MÉDIA COMPLEXIDADE

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de proteção social a de adolescentes em cumprimento medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

ALTA COMPLEXIDADE

- Serviço de Acolhimento Institucional;
- Serviço de Acolhimento em República;
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.



SERVIÇOS

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

PROGRAMAS

- Programa Nacional de Promoção do Acesso ao mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho
- BPC na Escola
- BPC Trabalho
- Primeira Infância

BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

- Benefício de prestação
- Continuada (BPC)
- Benefícios Eventuais
- Programa Bolsa Família
- Programas estaduais e municipais de transferências de renda



Vigilância Socioassistencial



Vigilância de Riscos e Vulnerabilidade



Vigilância de Padrões e Serviços





UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

CURSO

ATUALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Facilitadora:



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Módulo 1

Unidade 1.2:

O que é o Plano de Assistência Social?



UFBA
Universidade
Federal da Bahia

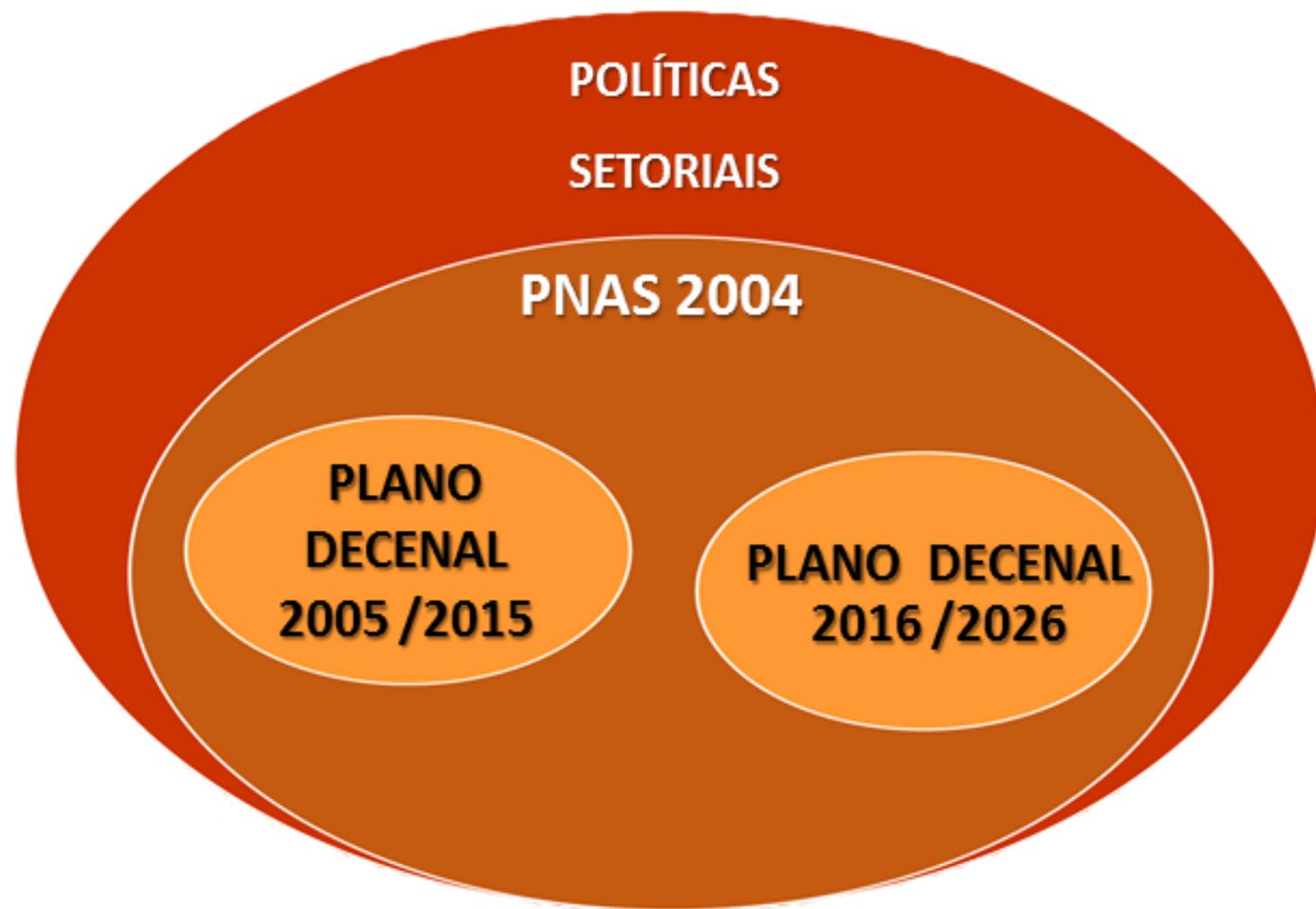


**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

✓ Importante:

- A PNAS fornece a **diretriz** e a **plataforma conceitual** para a elaboração dos Planos de Assistência Social.
- Deve haver uma integração entre as políticas setoriais e a política de assistência social.



O Plano Decenal de Assistência Social:



Vai refletir no Pacto de Aprimoramento do SUAS.



O Plano Municipal de Assistência Social



Deve contemplar as prioridades e metas previstas no Pacto de Aprimoramento do SUAS da gestão municipal

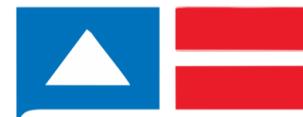
MAS AFINAL...

✓ O QUE É O PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL?

Instrumento de planejamento **estratégico** que organiza e orienta a execução da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



GOVERNO
DO ESTADO

BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.

MAS AFINAL...

✓ **POR QUE É NECESSÁRIO?**

Para cumprir definições e os objetivos da LOAS:

Art. 1º - “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).



UFBA
Universidade
Federal da Bahia

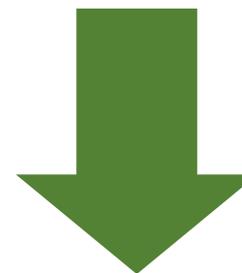


**GOVERNO
DO ESTADO**

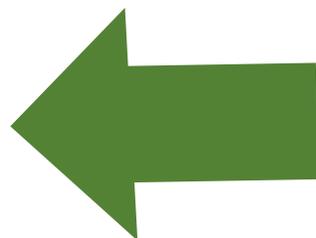
**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

NOB (Norma Operacional Básica):

Governo é responsável por organizar e coordenar o SUAS em seu território



É instrumento de **gestão** é um mecanismo de **transparência**, além de condição para os **repasses financeiros** dos recursos = **CPF**



Plano de Assistência Social é a ferramenta para dar diretrizes, priorizar, organizar e operacionalizar a Política de Assistência Social



O Plano de Assistência Social - PAS deve ser elaborado pelo órgão gestor da assistência social

apreciado

discutido

aprovado

Conselho de Assistência Social



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

NOB e Planos de Assistência Social devem observar:

- I. **Deliberações das conferências** de assistência social para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- II. **Metas** nacionais e estaduais **pactuadas**, que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- III. Observar as **prioridades do Plano Decenal** (2016-2026)
- IV. **Ações articuladas e intersetoriais**;
- V. Ações de **apoio técnico e financeiro** à gestão descentralizada do SUAS.



ATORES ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DO PLANO

- PREFEITURA (ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)
- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
- REDE SOCIOASSISTENCIAL
- CÂMARA MUNICIPAL
- TRABALHADORES DO SUAS
- USUÁRIOS DO SUAS



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS ENTRE MUNICÍPIOS

1. Você conhece o PAS do seu município?
2. O Plano contempla as deliberações das Conferências?
3. Existe um diagnóstico socioterritorial prévio?
4. O Plano contempla as metas dos Pactos de Aprimoramento do SUAS?
5. O Plano contempla as prioridades do Plano Decenal?
6. O PPA da Assistência Social reflete as definições do Plano?
7. O Conselho tem tido uma participação qualificada no processo de elaboração do Plano (para além das aprovações formais)?

Produção de uma
caracterização que
traga os elementos
comuns aos
municípios, indicando
estratégias para
superar os obstáculos
identificados



CF 88 - início processo de democratização



Descentralização



Participação



Exige modelo de Gestão que permita aos diferentes sujeitos **(conselho, usuários, trabalhadores, gestores e entidades)** dialogarem, bem como o fortalecimento de **instâncias participativas**



Gestor e Conselho definam metodologias e caminhos para que se ampliem o diálogo (cronograma atividades com usuários e rede).



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

O PAPEL DAS INSTÂNCIAS DE

PARTICIPAÇÃO / DELIBERAÇÃO / PACTUAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

NA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quais conhecemos?

- Conselhos
- Conferências
- Comissões bipartites e tripartites
- Fóruns(trabalhadores, usuários) e outras organizações instituídas



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Conselhos

- I. O Conselho Nacional de Assistência Social;
- II. Os Conselhos Estaduais de Assistência Social;
- III. Os Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
- IV. Os Conselhos Municipais de Assistência Social.

Os **Conselheiros**, representando os segmentos que compõem a estrutura de gestão da Política de Assistência Social, são partícipes na responsabilidade acompanhamento, discussão e aprovação.



Conselhos: (Resolução CNAS 237/2006) compostos por:

- 50% de **representantes do governo**, e
- 50% de **representantes da sociedade civil.**

Candidatos e/ou eleitores:

- **Entidades** ou **organizações** de assistência social (Resolução CNAS nº 14/2014)
- **Trabalhadores** (Resolução CNAS nº 06/2015)
- **Usuários** ou organizações de usuários (Resolução CNAS nº 11/15).



Conferências:

- Espaços voltados para a **avaliação** da política de assistência social e **definição de diretrizes** para o aprimoramento do SUAS.
- Elas **ocorrem nos três níveis de governo**, convocadas pelos Conselhos, **a cada 2 anos**.
- No que concerne à relação das conferências com a elaboração dos Planos é necessário que suas **deliberações sirvam de base para a elaboração dos objetivos e metas de aperfeiçoamento**.



Estratégias para o fortalecimento dos Conselhos e das Conferências:

- Definir as responsabilidades do município para com o controle social;
- Planejamento das ações dos conselhos;
- Participação dos Conselhos e dos Usuários no planejamento local;
- Ampliação da participação popular;
- Valorização da participação dos trabalhadores;
- Valorização da participação das entidades de assistência.

(NOB SUAS/2012);



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

O processo participativo dos usuários pode **(e deve)** ser ampliado!

Além do reforço na articulação com movimentos sociais e populares, por meio de diversos espaços a serem organizados, a **NOB/SUAS 2012 indica outras instâncias** no artigo 126.

- I. O coletivo de usuários junto aos serviços, programas e projetos socioassistenciais;
- II. Comissão de bairro;
- III. Fórum;



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Estratégias de fortalecimento da participação dos usuários

- I. Assegurar a participação de comunidades rurais, étnicas e povos e comunidades tradicionais nos diferentes espaços de participação e de deliberação da política de assistência social, como conselhos e conferências, bem como em plebiscitos, audiências públicas e outras instâncias de participação social;
- II. Assegurar que os Conselhos de Assistência Social efetivem programas de formação para usuários e lideranças comunitárias;
- III. Assegurar que os Conselhos de Assistência Social realizem fóruns, seminários, audiências e eventos em que os usuários possam apresentar suas idéias, reflexões, debates, reivindicações e soluções junto aos representantes ou a organizações de usuários.

Os usuários dos SUAS são partícipes da formulação e execução do Plano de Assistência de Assistência



FORUM DOS USUÁRIOS DO SUAS <https://forumusuariosuas.org/>

Para saber mais: <https://www.youtube.com/watch?v=z8T5KnZWqbg>

“Sua finalidade é fazer a articulação política e contribuir para o empoderamento do usuário bem como representar o coletivo dos usuários e usuárias do SUAS nas instâncias de discussão, deliberação, pactuação, controle social e gestão nacional do SUAS”.

Coordenação geral: Estados de SC, AP, BA, MG, SP, SE, RS

Coordenação executiva: Está na linha de frente das ações é formada pelos conselheiros do CNAS representantes dos Usuários.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



GOVERNO
DO ESTADO

BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.

- **Comissões bipartites e tripartites:** são **instâncias de articulação e pactuação.**
- **CIT (Comissão Intergestora Tripartites):** **âmbito nacional**
- **Negocia e pactua** sobre aspectos operacionais da gestão do SUAS.
- Composta por **representantes do MC-SEDS, FONSEAS** (Fórum Nacional de Secretários de Estado de Assistência Social) junto ao Governo Federal, Estadual, Distrito Federal e Municípios .



CIBs (Comissões Intergestora Bipartites):

No âmbito **estadual**

Gestor Estadual de Assistência Social e Coegemas - Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social .

Pactuam sobre aspectos da **organização** e **gestão** do sistema estadual de assistência social, observando:

- **Deliberações do Conselho Estadual de Assistência Social**
- **A Legislação vigente**
- **Orientações da CIT** - Comissão Intergestora Tripartites e do **CNAS**.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

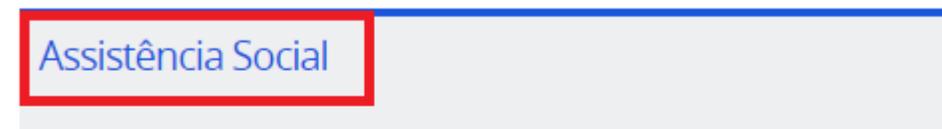


Consiste em instrumento informatizado de planejamento, constante do **SUASWeb**, para:

- Lançamento de dados e validação anual das informações relativas às aplicações e transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo a fundo, do cofinanciamento federal, estadual, municipal e do Distrito Federal da assistência social (Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015).
- Deve ser preenchido por Municípios e Estados que recebem cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais das Proteções Básica e/ou Especial, programas e projetos, assim como os municípios e estados contemplados com a expansão dos serviços socioassistenciais cofinanciados pelo Governo Federal.



PASSO A PASSO SUAS WEB



- [CadSuas](#)
- [SuasWeb](#)
- [Carteira do Idoso](#)



SUASWEB:

“Os módulos Plano de Ação e Demonstrativo Sintético são abertos anualmente para preenchimento por parte dos gestores e aprovação pelos conselhos de assistência social, os quais possuem login e senha individualizado”.



The screenshot shows a web browser window with two tabs: 'Sistemas — MINISTÉRIO DA CIDA' and 'Sistema de Autenticação e Autori'. The address bar shows the URL 'aplicacoes.mds.gov.br/saa-web/login.action' with a 'Não seguro' (Not secure) warning. The page header features the text 'MINISTÉRIO DO Desenvolvimento Social' in a yellow banner. Below this, the 'Sistema de Autenticação e Autorização SAA' logo is displayed, along with a 'Fale Conosco' link. The main content area is titled 'MDS - SAA - Sistema de Autenticação de Usuários' and contains a login form with fields for 'Usuário' and 'Senha', and an 'Acessar' button. A red link for 'Esqueci minha senha' is located at the bottom right of the form area.



- O Plano de Ação viabiliza o repasse regular e automático que possibilita a oferta continuada dos serviços, programas e projetos essencial para o desempenho da função proteção social desempenhada pelo SUAS.

Contudo:

- As informações contidas no Plano de Ação deverão estar em **consonância** com o Plano de Assistência Social.
- Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira.





O lançamento das informações que compõem o Plano de Ação deverá ocorrer a cada ano. O MC- SEDS editará, anualmente, uma portaria definindo a data de abertura do aplicativo informatizado para preenchimento do Plano de Ação.



- Em Junho de 2019, o MC-SEDS editou a Portaria nº 111, que definiu os **prazos** para os gestores estaduais e municipais e respectivos conselhos, a partir da abertura do sistema, **preencherem** o Plano de Ação.
- **Gestor – finalizar até 09/08/2019**
- **Conselho – finalizar parecer até 09/09/2019**
- Lembrando que **as informações dos órgãos governamentais migram automaticamente do CadSUAS para o Plano de Ação**, com isto é necessário que o cadastro do município esteja atualizado evitando problemas na finalização do sistema.

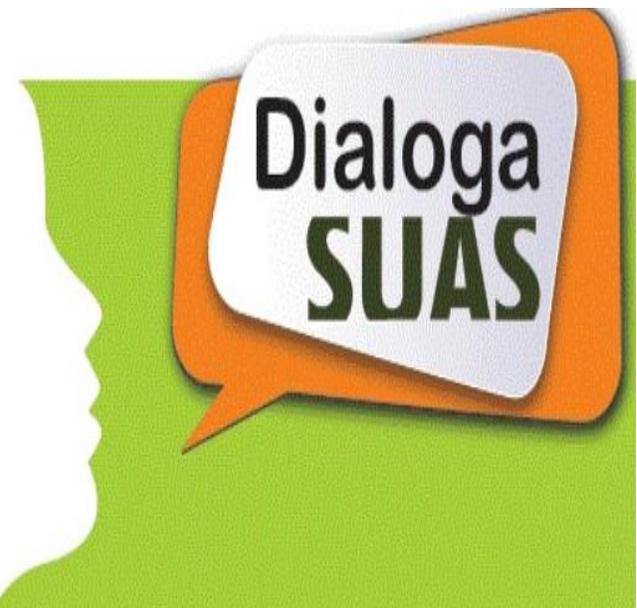


Plano de Ação
SUASWeb
X
Plano de
Assistência
Social

- Conselho Municipal de Assistência **deve** ser convocado para **verificar** se as informações do Plano de Ação estão em consonância com as do Plano de Assistência
- Caso os **prazos não** sejam **obedecidos** o município tem o **repasso e recursos suspensos** até que todo o ciclo de preenchimento ocorra, com o parecer favorável do Conselho de Assistência Social.

IMPORTANTE: O Plano de Ação não substitui o Plano Municipal ou Estadual de Assistência Social, assim como a regulamentação e o funcionamento do Conselho e do Fundo de Assistência Social.





PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**PPA
LDO
LOA**

PLANO DE AÇÃO





UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

CURSO

ATUALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Facilitadora:



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Modulo II

Objetivos:

- Identificar as informações relevantes para a construção do PAS e as fontes em que são disponibilizadas;
- Selecionar, organizar e relacionar as informações coletadas para a construção do PAS.



Um diagnóstico é aquilo que pertence ou que se refere à diagnose. Este termo, por sua vez, refere-se à ação e ao efeito de diagnosticar (recolher e analisar dados para avaliar problemas de diversa natureza).





O DIAGNÓSTICO

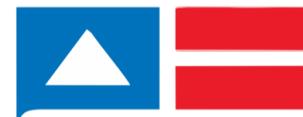
SOCIOTERRITORIAL:

COLETA, ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE
DOS DADOS E INFORMAÇÕES
NECESSÁRIAS PARA A
CONSTRUÇÃO DO PAS





- Realidade construída historicamente;
- POSSIBILIDADES DE (RE)CONSTRUIR A HISTÓRIA GARANTINDO ESPAÇO PARA O PROTAGONISMO.

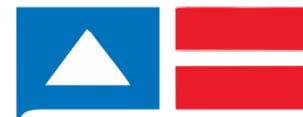
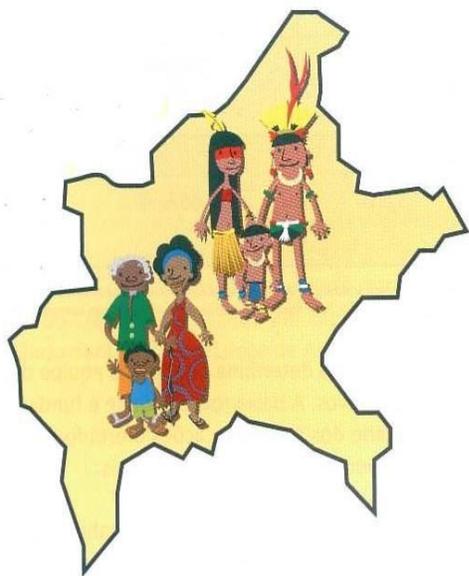


O diagnóstico **tem por base** o **conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais** que possibilitem **identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades.**

(BRASIL, 2012, p.11)



Estudos e diagnósticos **devem caracterizar**, de um lado, **as necessidades e demandas sociais (expressões da questão social presentes)** de um **dado território**, que serão **objetos do planejamento e intervenção** e, de outro, **identificar recursos a serem mobilizados para sua execução.**



O QUE É RISCO?



RISCO é a probabilidade ou eminência de um evento acontecer, podendo, portanto, ser prevenido a partir da leitura sobre os contextos. Constitui-se situações de risco:

- Violações de direitos;
- Fragilização ou rompimento de vínculos.



O QUE É VULNERABILIDADE ?



O **termo vulnerabilidade** foi inserido no léxico das políticas públicas brasileiras de seguridade social não contributiva, a partir da CF 1988, orientando a abrangência de suas ofertas.





O termo **vulnerabilidade** carrega imprecisões oriundas do processo de construção conceitual em que se encontra, há avanços na discussão da realidade dinâmica e multideterminada.

A acepção da **Vulnerabilidade** como parâmetro de reflexão e atuação implica o **reconhecimento da concomitância de fatores éticos, políticos e técnicos contornando a incidência de riscos nos territórios e a capacidade humana para o seu enfrentamento.**

(Carmo & Guizardi, 2018).



Vulnerabilidade social, destacando sua conexão com as situações de “pobreza, privação/ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiências, dentre outras).



Vídeo- Vulnerabilidades e Proteção Social – CRAS

<https://www.youtube.com/watch?v=Xnr0cRdMiQg>



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**



**Alcance das
Seguranças
Afiançadas**

**Acolhida, Renda, Convívio
ou Vivência Familiar,
Comunitária e Social,
Desenvolvimento de
Autonomia, Apoio e Auxílio.**



Aqueles que, por quaisquer circunstâncias, estejam em situação de abandono no ou ausência de moradia, garantindo a **SEGURANÇA DE ACOLHIDA** em **alojamento e condições de sobrevivência;**

Aqueles que vivem sob risco do isolamento e afirmar e fortalecer relações de sociabilidade, reconhecimento social, troca e vivencia, seja na família ou na comunidade garantindo assim **SEGURANÇA DE CONVÍVIO;**



- ❖ As famílias pobres ou idosos e pessoas com deficiência, impossibilitados para o trabalho, buscando promover a garantia do acesso a uma renda mínima, benefícios eventuais, para o suprimento de carências ou urgências específicas através da **SEGURANÇA DE RENDA SOBREVIVÊNCIA**;
- ❖ As famílias sem capacidade laborativa, que deve ser alcançadas pela **SEGURANÇA DE AUTONOMIA** para o protagonismo, a participação e o acesso aos direitos.



TERRITÓRIO

É espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes!





A noção de território é, portanto, compreendida como **“espaço habitado”**, fruto da interação entre os homens, ou seja, **síntese de relações sociais (Santos, 1996)**.



A vida nas suas diferentes expressões delimitadas por:

- ❖ Espaço geográfico;
- ❖ Relações políticas de poder e solidariedade;
- ❖ Traços culturais (valores sociais)
- ❖ Poder Econômico;
- ❖ Estrutura Social;
- ❖ Laços de Pertencimento;
- ❖ Acesso aos direitos fundamentais;
- ❖ Respeito às diferenças.





O diagnóstico socioterritorial é resultante do conhecimento de vários atores, que envolvidos diretamente nas condições de vida da população, contribuem com informações para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social .



VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

- Segundo a LOAS, a Vigilância Socioassistencial é compreendida como:

“Um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território”.



Como a VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL atua no diagnóstico e no território ?

“Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios”.



VAI IDENTIFICAR:

- Pessoas com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças;
- Vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal;
- Vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;
- Vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de abrigos, residências para os diversos segmentos etários”

(PNAS/04: 39,40).



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**



É fundamental para a elaboração do PAS acessar um conjunto de informações, oficiais e cotidianas, de tal forma a compatibilizar dados que analisados, comparados e interpretados permitam o reconhecimento de problemas, demandas e potencialidades locais.



É importante não só a análise de indicadores específicos, mas o levantamento de dados gerais sobre o município, contemplando a assistência social e as demais áreas sociais com as quais interage.

Desse modo, poderão ser apontados os **desafios próprios da assistência social** e os que deverão **ser enfrentados conjuntamente com as demais políticas.**





“Os Indicadores Sociais são o instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.”



Variáveis e Indicadores	Realidade dos municípios
Contexto	<p>Condições gerais de desenvolvimento do município:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Situação e densidade demográfica;▪ Ofertas das políticas públicas;▪ Economia;▪ Meio ambiente; <p>Entre outros elementos que marcam o desenvolvimento sustentável.</p>



Variáveis e Indicadores	Realidade dos municípios
Caracterização da demanda potencial	Expressar quantitativos que justifiquem a cobertura necessária para cada serviço, benefício, programa e projeto do SUAS considerando cada território (ver cadúnico)



Variáveis e Indicadores	Realidade dos municípios
Estrutura de oferta dos Serviços e Benefícios da Assistência Social	<p>Apresentar :</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Existência , ou não, de oferta de cada serviço tipificado para as proteções afiáveis;▪ Caracterizar o volume de oferta e/ou capacidade instalada incluindo indicadores relativos a qualidade da oferta e o volume de financiamento federal para os referidos serviços.



Variáveis e Indicadores	Realidade dos municípios
Estrutura de oferta das demais políticas públicas, exclusivamente no que se refere aos pontos de contato e de complementaridade entre as políticas públicas e a política de Assistência Social	Apresentar em dados numéricos e categóricos : <ul style="list-style-type: none">▪ Existência , ou não, de oferta que embora não integrem as ações de assistência social, constituem “retaguardas”, ou pontos de apoio, indispensáveis a dimensão intersetorial da atenção aos usuários do SUAS.



Variáveis e Indicadores	Realidade dos municípios
Indicadores que correlacionem demanda e oferta, segundo os serviços socioassistenciais tipificados	<ul style="list-style-type: none">▪ Apresentar indicadores que permitam analisar, direta ou indiretamente, a cobertura dos serviços e benefícios em um determinado território.



Variáveis e Indicadores	Realidade dos municípios
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Responsável pelo levantamento do Censo Demográfico brasileiro, pesquisa decenal voltada ao conhecimento da população brasileira, com a finalidade de quantificar a demanda potencial de bens e serviços públicos e privados.
Atlas do Desenvolvimento Humano	Disponibiliza mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010



Variáveis e Indicadores	Realidade dos municípios
Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros	Constituído a partir de indicadores que expressam as situações de exclusão e vulnerabilidade social e a multidimensionalidade da pobreza, para os mais de 5 mil municípios brasileiros.



Secretaria de
Avaliação e Gestão
da Informação
(SAGI)



MI Social - Matriz de Informação Social

Sistema de monitoramento gerencial dos programas/ações/serviços conduzidos pelo MDS. Permite a visualização de informações físico-financeiras e indicadores sociais em tabelas, gráficos e mapas.



MOPS - Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos

Reúne e organiza informações acerca de oportunidades de inclusão produtiva e disponibilidade e localização de serviços, equipamentos e programas públicos identificados em municípios no país.



IDV - Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade

Apresenta indicadores dos Censos Demográficos 2000 e 2010 e do Cadastro Único de Programas Sociais, até o nível de setor censitário, possibilitando o dimensionamento e localização de áreas em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade.



Tab Social - Tabulador de Microdados sociais

Reúne um conjunto de aplicativos que permite produzir tabulações simples e cruzadas das principais bases de dados e pesquisas do MDS, como o Censo SUAS, o Cadastro Único de Programas Sociais, as pesquisas de avaliação da SAGI e outros levantamentos



RI - Relatórios de Informações Sociais

Resume na forma de relatórios os dados e indicadores sociais e aqueles específicos sobre os programas, ações e serviços relativos às políticas de desenvolvimento social, em nível de municípios, estados e Distrito Federal



Pesquisas e Estudos de Avaliação

Permite buscar, consultar e recuperar fichas técnicas, sumários executivos e microdados de pesquisas de avaliação e outros estudos realizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS



Publicações, Estudos e Acervo Digital

Disponibiliza publicações acerca das Políticas e Programas do MDS, como estudos técnicos, livros com artigos de especialistas, relatórios e sumários de Pesquisas de Avaliação, revistas técnico-científicas e outros assuntos.



https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/app-sagi/descontinuidade-sistemas.php

BRASIL Serviços Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação Canais

SAGI SAGI Navegue Aqui Dúvidas e orientações diversas

Login

Lista de sistemas e ferramentas removidas do ambiente SAGI



Abaixo, estão listados os sistemas e ferramentas desenvolvidas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) que foram descontinuados ou removidos do ambiente institucional - por já terem cumprido o seu propósito ou estar sendo substituído por tecnologias ou sistemas mais modernos. Em caso de dúvidas ou em caso de necessidade de acesso a algum dos itens abaixo, por favor, entre em contato conosco através do [Fale Conosco](#).

Nº	Nome do sistema	Endereço antigo	Link atual/substituto
1	2008 - Expansão CRAS (Parte 2)	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/CRAS_Expansao_2008/CRAS/index.php	-
2	Censo SUAS - Indicadores - ID CRAS	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/gerente/indicadores/	http://aplicacoes.mds.gov.br/sagicenso/censosuas/ obs: aguardar o período de abertura do Censo no ano corrente Para acessar a base http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php
3	Censo SUAS 2008 - CRAS	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/CRAS2008/	http://aplicacoes.mds.gov.br/sagicenso/censosuas/ obs: aguardar o período de abertura do Censo no ano corrente Para acessar a base http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php
4	Censo SUAS 2008 - CRAS Gerente	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/CRAS2008/adm/auth/index.php	http://aplicacoes.mds.gov.br/sagicenso/censosuas/ obs: aguardar o período de abertura do Censo no ano corrente Para acessar a base http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php
5	Censo SUAS 2008 - CREAS Gerente	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/creas_gerente/auth/index.php	http://aplicacoes.mds.gov.br/sagicenso/censosuas/ obs: aguardar o período de abertura do Censo no ano corrente Para acessar a base http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)



UFBA
Universidade Federal da Bahia



GOVERNO DO ESTADO

BAHIA. AQUI É TRABALHO.

**Informações
Relevantes**



CadÚnico

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos.

O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.



Prontuário SUAS

É um instrumento que auxilia e orienta a organização das informações relativas ao processo de acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos nos CRAS e CREAS, preservando o histórico de atendimentos, encaminhamentos, situações vivenciadas, territórios percorridos. Introduz um parâmetro nacional de registro de informações e, conseqüentemente, torna possível avançar no conhecimento do perfil e do volume de famílias e indivíduos acompanhados, assim como na incidência de determinadas situações de violação de direitos atendidas pela Assistência Social.



ACESSO :

<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>

mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve



VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > ASSUNTOS > CADASTRO ÚNICO > O QUE É E PARA QUE SERVE

ASSUNTOS

Cadastro Único

O que é e para que serve

Quem pode se cadastrar

Como se cadastrar

Cadastro em dia

O que é e para que serve

publicado em 02/07/2015 14h59

Recomendar 165

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

O **Cadastro Único** para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como:

- características da residência,
- identificação de cada pessoa,
- escolaridade,
- situação de trabalho e renda, entre outras.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Acesso: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-censo/>

O **Censo SUAS** é um processo de monitoramento do Sistema Único de Assistência Social. É a coleta de informações sobre os padrões de serviços, programas e projetos realizados na esfera de ação do Sistema Único da Assistência Social.

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-censo/>



Portal Censo SUAS

Efetuar Login

Acompanhamento do Censo SUAS

Ache em nosso portal

CREAS

CRAS

Registro Mensal de Atendimentos - RMA

Relatório Preenchimento Unidade
CRAS

Relatório Preenchimento Unidade
CREAS

Relatório Preenchimento Unidade
Centro POP

Censo SUAS (DGSUAS) - Dados trabalhados download



Censo SUAS 2017

Censo SUAS 2016

Censo SUAS 2015

Censo SUAS 2014

Censo SUAS 2013

Censo SUAS 2012

Censo SUAS 2011

Censo SUAS 2010

<https://aplicacoes4.mds.gov.br/sagicensos/censosuas/auth/index.php>

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais

Censo SUAS 2019

Secretaria Nacional de Assistência Social

? A+ A- A Contraste Ir para Conteúdo

MDS.gov.br



Principal

Status

CENSO

Prezado(a) Gestor(a), bem vindo(a) ao sistema de preenchimento do Censo SUAS 2019.

Dúvidas: Envie email para vigilanciasocial@cidadania.gov.br.

Questionários (PDF/Impressão)*:

CRAS | Centros de Convivência | CREAS | Centro POP | Centro DIA e similares | Acolhimento | Família Acolhedora | Gestão Municipal | Gestão Estadual | Conselho | Fundo Municipal | Fundo Estadual

Manuais de preenchimento*:



Informações Relevantes

A IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE INDICADORES SOCIAIS

1. REDE SUAS: fornece base de *dados sociodemográfico, estudos e informações georeferenciadas em escala municipal, para apoiar a territorialização e a construção de* indicadores próprios do SUAS.

2. CENTROS E INSTITUTOS DE PESQUISA

NACIONAIS e ESTADUAIS: oferecem dados para *complementar uma primeira aproximação diagnóstica.*



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.

3. INDICADORES TERRITORIAIS INTRAMUNICIPAL:

É importante de início, lançar mão de cadastros de programas sociais (Bolsa-Família, BPC, PETI e outros), cadastros de serviços não governamentais (rede socioassistencial intersetorial), pesquisas localizadas, territorializados de análise local, com vista a identificar os microterritórios e regiões com incidência de população em situação de vulnerabilidade, que deverão merecer estudos mais específicos e levantamentos complementares



Informações Relevantes



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Por meio do diagnóstico pode-se:

- A. Identificar as demandas sociais;
- B. Verificar se a rede de serviços é adequada para atender as demandas;
- C. Identificar os pontos fortes e fracos da rede assistencial;
- D. Planejar mudanças na rede e/ou na prestação de serviços para atender as demandas sociais.



PRIMEIRA ETAPA	Interpretação e análise da realidade socioterritorial: investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios e das demandas sociais.	Permite o reconhecimento da demanda
SEGUNDA ETAPA	Identificação da rede socioassistencial disponível no território e de outras políticas públicas.	Permite o reconhecimento dos serviços socioassistenciais



1ª ETAPA DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



- Subsidiar e facilitar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo;
- Monitorar e avaliar os resultados das ações governamentais sobre as condições de vida e bem-estar da população, alimentando o processo decisório com informações qualificadas;
- Aprofundar a investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.



2ª ETAPA - DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



Nessa etapa, o diagnóstico deve referenciar as:

1) **Unidades públicas e privadas da rede referenciada**, isto é, a rede de proteção social de Assistência Social.

Por exemplo:

- Número e localização de CRAS, CREAS;
- Número e localização de entidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes;
- Número e localização de instituições de longa permanência para idosos;
- Serviços, projetos e programas socioassistenciais desenvolvidos no município por organismos governamentais e não governamentais, entre outros.

2) **Unidades públicas e privadas de outras políticas públicas** que possam auxiliar no desenvolvimento da capacidade de proteção das famílias.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

O QUE É REDE?

O termo rede sugere a idéia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal [...] **uma rede pode ser o resultado do processo de agregação de várias organizações afins em torno de um interesse comum, seja na prestação de serviços, seja na produção de bens.**

(GUARÁ, 1998).



Na política de Assistência Social, podemos identificar dois tipos de redes :

I. A **rede socioassistencial, constituída pela articulação** dos serviços, benefícios, programas e projetos governamentais e não governamentais, que têm uma relação de complementaridade, cooperação e corresponsabilidade, **integrando-se numa relação orgânica no âmbito do SUAS.**

As redes organizam-se para responder às demandas coletivas e individuais a partir das diretrizes pactuadas nacionalmente. Essa rede deve ofertar serviços e benefícios que visam à garantia de acessos aos direitos socioassistenciais.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

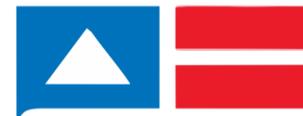
**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

II. A rede intersectorial, formada pela articulação entre as diversas políticas sociais que atuam em um determinado território, atendendo, na maioria das vezes, as mesmas famílias.

A visão de totalidade no âmbito do território significa o conhecimento e a análise das diferentes situações identificadas e suas conexões com a dinâmica deste espaço, o que permite a construção de fluxos delineando as responsabilidades e competências da política de assistência social e as competências das outras políticas públicas.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



GOVERNO
DO ESTADO

BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.

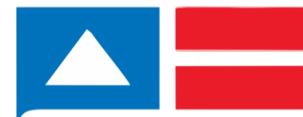


Esta interlocução intersetorial gera uma relação dialógica com as diferentes instâncias que atuam no território.

E o gestor da Assistência Social deve participar ativamente da articulação da rede intersetorial, juntamente com os gestores das outras políticas públicas do município.



- 1) COMO FAREMOS O DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL EM NOSSO MUNICÍPIO?
- 2) COMO ATENDER UM UNIVERSO TÃO EXTENSO ?
- 3) COMO ATINGIR UM CONTINGENTE DE NECESSIDADES DIVERSIFICADAS E TÃO COMPLEXAS ?
- 4) QUEM ENVOLVEREMOS NESTE PROCESSO ?
- 5) QUAIS OS INDICADORES IMPORTANTES ?





UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

CURSO

ATUALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Facilitadora:



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Módulo 2

Unidade 2.2:

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Identificar a razão de ser dos diferentes elementos que compõem o PAS
- Relacionar os diferentes elementos que compõem o PAS
- Como elaborar um PAS, conforme a estrutura básica definida pela NOB SUAS
- Exercitar a construção de um PAS com base na realidade dos municípios



A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 marca um importante processo de democratização da sociedade brasileira e também da gestão das políticas sociais, pois, ao definir as suas diretrizes, aponta para a necessidade de que a **gestão das políticas públicas seja participativa**.

No caso específico da Assistência Social as diretrizes constam do art. 204:

As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diretrizes das ações da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social:

- I.- **descentralização político-administrativa**, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
- II.- **Participação da população**, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.(BRASIL/CF 1988)



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esse processo participativo exige tanto a adoção de um modelo de gestão que permita aos diferentes sujeitos (conselho, usuários, trabalhadores, gestores e entidades) dialogarem continuamente nos processos decisórios, quanto o respeito e fortalecimento de instâncias participativas.

Dentre essas instâncias reconhece-se que os conselhos de assistência social têm atribuição pública para a função do controle social, pois estes devem ter representação de todos os segmentos presentes da política de assistência social.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- No que tange à participação no processo de elaboração, acompanhamento e monitoramento do plano, é de fundamental importância que o gestor e o conselho definam metodologias e caminhos para que se ampliem o diálogo e a capacidade de reconhecer e articular diferentes posicionamentos, pois esse processo permitirá o avanço na política de assistência social.
- Destaca-se a importância de se ter um cronograma de atividades e que sejam privilegiados espaços de diálogos com os usuários e a rede de serviços em seus territórios.



Várias possibilidades existem para se criar as condições para a participação dos atores sociais na produção coletiva do PAS. Alguns passos são importantes e podem servir de guia:

1. A **gestão e o conselho municipal** marcam esta tarefa na agenda técnico-política da assistência social municipal
2. A gestão **convida todos os atores sociais** relacionados ao tema e com responsabilidades públicas
3. Realização de um **planejamento coletivo** sobre como será o desenvolvimento das atividades necessárias, estabelecendo um cronograma para o trabalho
4. **Definição dos responsáveis** pela coordenação das atividades, importante para dar direção na condução da tarefa
5. Este **coletivo** tem uma tarefa a realizar, e ao final dos trabalhos precisam ter um **produto, que é o PAS.**



Várias possibilidades existem para se criar as condições para a participação dos atores sociais na produção coletiva do PAS. Alguns passos são importantes e podem servir de guia:

6. Dependendo do **porte do município**, haverá necessidade de maior volume de trabalho e este pode ser distribuído em **grupos de trabalho** (GTs), para otimização da tarefa
7. Os trabalhos devem considerar a seguinte dinâmica: que haja **momentos de concentração e momentos de dispersão dos participantes na elaboração**. Ou seja, momentos em que todos precisam estar juntos para **alinhamento de concepções, informações e formas de elaboração**, e momentos dedicados para a operação de coleta de dados para o diagnóstico; por exemplo, quando os responsáveis precisam de tempo para dedicação à tarefa.



Várias possibilidades existem para se criar as condições para a participação dos atores sociais na produção coletiva do PAS. Alguns passos são importantes e podem servir de guia:

8. Os momentos de tomada de decisão vão requerer da gestão e dos participantes do processo posicionamentos calcados nos seus compromissos com a cidadania e com a política pública. É importante que haja espaço para o diálogo por meio da argumentação fundamentada em evidências, do respeito à pluralidade das posições, para que a tomada de decisão seja democrática e construída coletivamente.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

**Exercício de
Abertura**



**Aquecimento
ideológico**

GRUPOS POR MUNICÍPIO

1. Qual as possibilidades do seu município elaborar o Plano de Assistência Social assegurando o modelo democrático e participativo, envolvendo o conjunto de atores indicados pela Política?
2. Quais estratégias /medidas seriam necessárias para realizá-lo dentro deste modelo?
3. Quais as dificuldades / obstáculos para realizá-lo?
4. Quais seriam as propostas de superação destas dificuldades / obstáculos?



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

- a) **Dados de identificação do plano;**
- b) **Introdução;**
- c) **Diagnóstico socioterritorial;**
- d) **Objetivos;**
- e) **Diretrizes e prioridades deliberadas;**
- f) **Ações estratégicas;**
- g) **Metas;**



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

- g) Resultados e impactos esperados;
- h) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- i) Mecanismos e fontes de financiamento;
- j) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- k) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- l) Espaço temporal de execução.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

PROPOSTA DE TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Seleção de dois ou três municípios?

Municípios com maior número de participantes?

DOCUMENTO DE APOIO: ESTRUTURA BÁSICA DO PAS



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

a) Dados de identificação do plano;



1. Identificação do Plano: título; vigência; responsáveis pela elaboração; colaboradores; período de elaboração; responsável para contato (nome, telefone, e-mail); entre outros.

2. Dados Municipais: nome do município; porte do município (opções: pequeno porte I, pequeno porte II, médio porte, grande porte, metrópole), nível de gestão do SUAS (opções: inicial, básica, plena), nome do prefeito, período de mandato, endereço da prefeitura (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail.

3. Dados do Órgão Gestor da Assistência Social: nome do órgão gestor, endereço (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail, nome do gestor.



4. Dados do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS): lei de criação do FMAS, decreto de regulamentação, CNPJ, nome do gestor, fonte de recursos (municipal, estadual, federal).

5. Conselho Municipal De Assistência Social (CMAS): lei de Criação do CMAS, endereço (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail, nome do presidente, período de mandato, representação (opções: governamental, não governamental, usuários), número de conselheiros, secretaria executiva.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Preenchimento dos Dados de Identificação do Plano

GRUPOS POR MUNICÍPIO SELECIONADO



b) Introdução;



- A introdução contempla informações sobre a **concepção de planejamento** adotada pelo município, demonstrando sua importância na organização da política de assistência social e no atendimento à legislação em vigor.
- Pode-se **descrever o processo de elaboração e estruturação do plano municipal**, assim como a forma como se deu a participação da sociedade civil na elaboração do plano.
- Também é possível abordar, neste item, como será o **monitoramento e a avaliação das ações e metas planejadas**.

(Melhor formular ao final)



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

c) Diagnóstico socioterritorial;



Vídeo

Vulnerabilidade e Proteção Social

<https://www.youtube.com/watch?v=Xnr0cRdMiQg&t=2s>



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Como são conceitos abstratos, para serem diagnosticados, monitorados e avaliados, risco e vulnerabilidade necessitam ser traduzidos em medidas objetivas e quantificáveis por meio de algum recurso metodológico simples e padronizado. O recurso metodológico mais utilizado é chamado de **INDICADORES**.



- Indicadores de **saúde** (leitos por mil habitantes, percentual de crianças nascidas com baixo peso adequado, por exemplo)
- Indicadores **educacionais** (taxa de analfabetismo, escolaridade média da população de quinze anos ou mais, etc.)
- Indicadores de **mercado de trabalho** (taxa de desemprego, rendimento médio real do trabalho, etc.)
- Indicadores **habitacionais** (posse de bens duráveis, densidade de moradores por domicílio, etc.)

(JANNUZZI, 2009).



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

- de **segurança pública e justiça** (mortes por homicídios, roubos à mão armada por cem mil habitantes, etc.)
- Indicadores de **infraestrutura urbana** (taxa de cobertura da rede de abastecimento de água, percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública, etc.)
- Indicadores de **renda e desigualdade** (proporção de pobres, índice de Gini, etc.)

(JANNUZZI, 2009).

Os **indicadores sociais** são medidas usadas para transformar conceitos abstratos, como “fome” ou “miséria”, em algo que possa ser analisado e quantificado.

Transformam aspectos da realidade em números, taxas e razões, seja essa uma realidade dada (situação social) ou realidade construída (decorrente da intervenção governamental), tornando possível sua observação e avaliação.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Em 2005, a NOB/SUAS elencou as variáveis que determinam a população vulnerável, como o conjunto de pessoas residentes que apresentem pelo menos uma das características relacionadas a seguir:

1. Famílias com serviços de infraestrutura inadequados:

- 1.1. Abastecimento de água provenientes de poço ou nascente ou outra forma
- 1.2. Sem banheiro ou sanitário
- 1.3. Destino do lixo inadequado conforme legislação
- 1.4. Mais de 2 moradores por dormitório



Em 2005, a NOB/SUAS elencou as variáveis que determinam a população vulnerável, como o conjunto de pessoas residentes que apresentem pelo menos uma das características relacionadas a seguir:

2. Famílias com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{4}$ salário mínimo:

3. Família com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{2}$ salário mínimo:

3.1. Com pessoas de 0 a 14 anos

3.2. Com responsável com menos de 4 anos de estudo

4. Família no qual há um chefe de família mulher, sem cônjuge:

4.1. Com filhos menores de 15 anos

4.2. Ser analfabeta



5. Família no qual há uma pessoa com 16 anos ou mais:

5.1. Desocupada (procurando trabalho)

5.2. Com quatro ou menos anos de estudo

6. Família na qual uma pessoa de 10 a 15 anos trabalhe.

7. Família na qual há uma pessoa de 4 a 14 anos que não estude.

8. Família com renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo:

8.1. Com pessoa com deficiência

8.2. Com pessoa de 60 anos ou mais



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Responsável pelo levantamento do Censo Demográfico, PNAD e outras pesquisas: dados populacionais – numero de habitantes, projeções de crescimento populacional, gênero, etnia, cortes etários, condições da habitação, escolaridade, mão de obra, rendimentos, disponibilidade de serviços públicos e privados, atividades econômicas, e outros. Unidades censitárias, municípios, estados, regiões e nacional.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO O (PNUD)

Coordena a elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano. Indicadores diversos que qualificam o desenvolvimento humano a partir de categorias como renda, escolaridade e longevidade de população a partir de dados dos Censos sintetizados no IDH.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Coordena a elaboração do Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros que traz o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios, regiões metropolitanas e estados do Brasil por meio da sintetização de indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e desenvolvimento humano, com dados extraídos dos Censos do IBGE.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

Responsável pela elaboração e divulgação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, com dados de trabalho e emprego, natureza dos vínculos por setor de atividades econômicas, valores médios de remuneração e outros dados

O **objetivo** é verificar quantas famílias já estão sendo atendidas pela rede socioassistencial, bem como quantas famílias são demandantes, mas ainda quantas famílias não estão sendo adequadamente atendidas.

O **mapeamento da rede prestadora de serviços** é fundamental tanto para conhecer a oferta já existente quanto para subsidiar a apresentação de propostas em atendimento às demandas atuais e às projeções de demandas futuras.



1) Unidades públicas e privadas da rede referenciada, isto é, a rede de proteção social de Assistência Social.

- número e localização de CRAS, CREAS;
- o quantitativo de usuários e famílias atendidas;
- número e localização de entidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes;
- número e localização de instituições de longa permanência para idosos;
- serviços, projetos e programas socioassistenciais desenvolvidos no município
- por organismos governamentais e não governamentais, entre outros.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

2) Unidades públicas e privadas de outras políticas públicas que possam auxiliar no desenvolvimento da capacidade de proteção das famílias;

- escolas,
- unidades de saúde da família,
- núcleos de inclusão produtiva,
- conselhos tutelares, dentre outras.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

É fundamental que o diagnóstico social não se restrinja ao levantamento de dados e indicadores quantitativos, e **alcance também a captação de elementos qualitativos** que expressem aspectos culturais, **valores**, expectativas e outros traços da população residente no território, **permitindo uma leitura mais próxima à complexa realidade social.**



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Técnicas para a captação de aspectos qualitativos da realidade social de uma população:

- 1) estudos de caso;
- 2) observações participantes;
- 3) investigações documentais;
- 4) entrevistas breves ou em profundidade, dirigidas, semidirigidas ou abertas;
- 5) histórias de vida ou outras formas de estudos biográficos;
- 6) grupos de discussão, grupos focais ou estratégias afins; e
- 7) observações planejadas de diferentes formas, conforme os objetivos da investigação.



- 1) Qual será a metodologia utilizada para a elaboração do diagnóstico? Ex. Designação de profissional responsável, grupo de trabalho, grupos de estudo temáticos, atividades nos territórios, seminário municipal, levantamento e análise de indicadores, audiência pública, etc.
- 2) Quais atores sociais serão mobilizados a participar da elaboração do diagnóstico?
- 3) Quais os dados e indicadores serão levantados e analisados? Quais as fontes a serem consultadas?
- 4) Por meio do uso de uma ferramenta participativa de análise de contexto, Indique **três principais problemas** e **três principais potencialidades** identificadas?

GRUPOS POR MUNICÍPIO SELECIONADO

Documento de Apoio: Exemplos de Ferramentas participativas de análise de contextos



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

d) Objetivos;



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

- Responde a pergunta: **para que vou realizar** determinada ação/projeto/serviço?
- Os objetivos expressam as **mudanças que se deseja para o futuro.**
- Devem **comunicar as intenções dos gestores**, construídas a partir do levantamento das necessidades identificadas pelo conjunto dos atores.
- As **intenções decorrem das prioridades** definidas no Diagnóstico Sócioterritorial.



Um objetivo é um enunciado escrito sobre resultados a serem alcançados em um dado período.

- Deve ser relevante, explícito e quantificável.
- Importante - precisa ser exequível, ou seja, realizável.
- Importante que sejam precisos e permitam que se visualize o resultado desejado.

Construído dessa forma, gestores, profissionais e cidadãos identificam as intenções da política e podem guiar suas ações e demandas a partir desse entendimento.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

“Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dele necessitarem”.

Esse enunciado oferece os elementos essenciais para a compreensão da mudança a ser planejada:

- Objetivo: prover serviços, programas, projetos e benefícios.
- Tipo de serviços ofertados: proteção básica e/ou especial.
- Público-alvo: famílias, indivíduos e grupos em situação de risco e vulnerabilidade sociais.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Os objetivos podem e devem ser organizados em
OBJETIVO GERAL e **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Objetivo geral: apresenta de forma abrangente o que se pretende alcançar com o Plano.

- Serve como objetivo de orientação
- Evidencia o propósito maior
- Revela os impactos desejados
- Situação maior para qual a política contribui
- Deve ser minimamente alcançável e mensurável

Espelhando-se no objetivo da PNAS, pode-se ter como exemplo de objetivo geral de um Plano Municipal de Assistência Social:

Ex. “Prover serviços, programas e benefícios socioassistenciais para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem no município X, tendo em perspectiva a garantia das seguranças sociais e direitos de cidadania”.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Objetivo específico: desmembra o objetivo geral em detalhes

- Especifica os focos prioritários do plano
- Aquilo que se espera realizar com o plano
- Reflete a perspectiva de superação de problemas identificados pelo diagnóstico
- Expressa a nova situação que se pretende alcançar
- Demonstra o efeito direto junto à população alvo
- É alcançável através de ações estratégicas, metas e recursos.
- É mensurável qualitativamente e quantitativamente, através de indicadores.
- Tem implicação política: são responsabilidades assumidas pelo órgão gestor.

Ex:

Problema: *Insuficiência da cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade*

Objetivo Específico: *Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade*



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

1. Desmembrar a política de assistência em **TEMAS** tais como Gestão, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
2. Ou ainda em **SUBTEMAS** tais como Planejamento, Participação e Controle Social, Produção e Gestão da Informação, Gestão do Trabalho, Intersetorialidade, Trabalho Social com Famílias, Programas, Serviços e Benefícios, CRAS, CREAS e quantos outros possíveis e necessários, de acordo com o critério de detalhamento adotado.
3. Definir os **TEMAS PRIORITÁRIOS** para cada um deles e formular objetivos correspondentes.

A ELABORAÇÃO DOS OBJETIVOS DEVE OBSERVAR AINDA:

As **deliberações das Conferências** Nacional, Estadual e Municipal

As metas do **Pacto de Aprimoramento** de Gestão



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

A partir da análise de contexto realizada, formule:

Objetivo geral

Objetivos específicos

- 02 para Proteção Básica
- 02 para Proteção Especial
- 02 para Gestão

GRUPOS POR MUNICÍPIO SELECIONADO



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

e) Diretrizes e prioridades deliberadas;



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

- Uma **diretriz** é uma **orientação geral** que organiza as decisões e ações.
- O **Plano de Assistência Social** deve ser **coerente** com as **diretrizes** que orientam a administração pública, expressas no Plano Diretor, Plano Plurianual e outros.
- O **Plano de Assistência Social** deve considerar, ainda, as **Diretrizes Organizacionais** estabelecidas pelo SUAS, expressas no artigo 5º da NOB/SUAS 2012:



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

- I. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;
- II. Descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;
- III. Financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- IV. Matricialidade sociofamiliar;
- V. Territorialização;
- VI. Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
- VII. Controle social e participação popular.



Nesse item do plano, deve-se examinar as diretrizes declaradas pela NOB e debater sobre quais são mais pertinentes para a realidade de seu município.

Exemplos:

1. Reconhecimento dos indivíduos usuários da assistência social, como sujeitos históricos e de direitos, inseridos em grupos familiares, comunitários e sociais, tendo em perspectiva a consolidação de sua autonomia e fortalecimento de seu protagonismo.
2. Reconhecimento da causalidade histórica e coletiva das situações de vulnerabilidade e risco aos quais estão expostos famílias e indivíduos residentes em territórios pobres e/ou vulneráveis do município.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Nesse item do plano, deve-se examinar as diretrizes declaradas pela NOB e debater sobre quais são mais pertinentes para a realidade de seu município.

3. Orientação pela dimensão territorial, conhecendo a realidade e as situações de cada localidade do município, priorizando o acesso e localização dos serviços, programas e benefícios nos territórios e microterritórios próximos à vida cotidiana dos indivíduos e famílias.

(Ver outros exemplos na pág. 7 do documento “ESTRUTURA BÁSICA DO PAS: ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO”)



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Formule ao menos **três diretrizes** para o PAS deste município.

GRUPOS POR MUNICÍPIO SELECIONADO



f) Ações estratégicas;



- As ações devem ser elaboradas com vistas a alcançar os objetivos definidos.
- Na escolha das ações e estratégias os gestores devem observar o artigo 22 da NOB/SUAS 2012 que determina que **os planos devem observar as ações articuladas e intersetoriais.**
- São ações definidas como prioritárias para alcançar os objetivos específicos
- Constituem a base operacional do plano, meios pelos quais o plano se realiza.
- Representam o passo a passo para a produção dos resultados.
- Têm que ser necessárias e suficientes.
- Permitem estimar os insumos e recursos necessários



FLUXO DE ELABORAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS



Cada objetivo, desmembrado em temas e subtemas, pode ter uma ou mais ações estratégicas relacionadas. Desse modo, chega-se a definição de ações estratégicas por temas trabalhados: gestão, proteções, programas, serviços e benefícios.

Exemplo:

Objetivo Específico: Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade.

Ação estratégica: Ampliar o número de equipamentos e/ou equipes volantes da proteção social básica nas seguintes áreas de vulnerabilidade: XX, XY e XZ.



g) Metas;



BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.

As metas são desdobramentos quantificados dos objetivos, ou seja, uma meta é um objetivo representado pela dimensão quantitativa e de referência temporal e territorial.

Para cada objetivo específico formulado, defina ao menos 01 ação estratégica e 01 meta

AÇÃO ESTRATÉGICA	OBJETIVO ESPECÍFICO	META	UNIDADE	2018	2019	2020	2021

(Ver exemplo na pág. 9 do documento “ESTRUTURA BÁSICA DO PAS: ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO”)



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

h) Resultados e impactos esperados;



- Os resultados são as mudanças diretas alcançadas pelos beneficiários por meio da participação em uma política pública.

Exemplo: o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família é um resultado de estar incluído no Cadastro Único.

- Os impactos são as contribuições da política de assistência social para determinadas mudanças sociais. Esse componente indica os efeitos indiretos de uma política pública sobre a sociedade como um todo.

Exemplo: aumento do peso das crianças em decorrência da diversificação da dieta familiar, ocorrida por meio do aumento da renda.



Para cada objetivo específico e ação estratégica formulada, defina ao menos **01 resultado** esperado e **01 impacto** (presumido)

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÃO ESTRATÉGICA	RESULTADO	IMPACTO

(Ver exemplo na pág. 9 do documento “ESTRUTURA BÁSICA DO PAS: ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO”)



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

i) Recursos materiais, humanos e financeiros;



- Os **recursos materiais** dizem respeito a rede socioassistencial e equipamentos disponíveis (numero de CRAS, CREAS, entidades conveniadas, etc.).
- Os **recursos humanos** se referem à quantidade e à qualidade dos recursos humanos disponíveis. É necessário o levantamento e mapeamento dos recursos humanos, dos perfis e necessidades de qualificação.
- Os **recursos financeiros** disponíveis devem ser especificados, inclusive por fonte financiadora.



EXERCÍCIO

Preencha ao menos **02 itens em cada matriz**

MATRIZ DE RECURSOS MATERIAIS

PROTEÇÕES / GESTÃO	RECURSOS MATERIAIS	LOCALIZAÇÃO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	SERVIÇOS OFERECIDOS	PÚBLICO ATENDIDO	NUMERO DE ATENDIDOS / MÊS

MATRIZ DE RECURSOS HUMANOS

PROTEÇÕES / GESTÃO	SERVIÇO / EQUIPAMENTO	FUNÇÃO	QUANTIDA DE	ESCOLARIDAD E	FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	FONTE PAGADOR A

MATRIZ DE RECURSOS FINANCEIROS (No lugar dos valores, use “x”)

ORÇAMENTO 2017							
PROTEÇÕES / GESTÃO	PROGRAMA / SERVIÇO / BENEFÍCIO / SETOR / AÇÃO	MUNICIPAL		FEDERAL			

(Ver exemplos nas págs. 11, 12 e 13 do documento “ESTRUTURA BÁSICA DO PAS:
ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO”)



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

j) Mecanismos e fontes de financiamento;



- No Plano, devem ser definidos os recursos disponíveis para a execução das atividades, apresentando as fontes de financiamento, sejam do orçamento próprio, das transferências intergovernamentais ou de apoios privados.
- Além dos recursos alocados na implementação da política de Assistência Social é importante apresentar na forma de gráficos a evolução do orçamento em relação a períodos anteriores, assim como a comparação entre o que foi orçado e o que foi executado.

Este tópico, na estrutura do PAS, é importante tanto para a gestão como para o controle social, pois é necessário tornar público o que se está planejando, quais são os significados da alocação de recursos próprios do município para a política de assistência social.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

EXERCÍCIO

Preencha a matriz com pelo menos **02 itens**
(No lugar dos valores, use “x”)

MATRIZ DE AÇÕES, METAS E RECURSOS

PROTEÇÕES /	PROGRAMA / SERVIÇO /	UNIDADE DE	PERIODO			FONTE DE FINANCIAMENTO			
			2018	2019	2020	2021	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
GESTÃO	BENEFÍCIO / SETOR / AÇÃO	MEDIDA							

(Ver exemplo na pág. 14 do documento “ESTRUTURA BÁSICA DO PAS: ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO”)



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

k) Cobertura da rede prestadora de serviços;



- A malha de serviços deve ser analisada quanto à localização, natureza da atenção oferecida, cobertura e quadro profissional disponibilizado. Com essas informações, podem ser identificados os vazios de atenção.
- Além de informações sobre os serviços e programas da assistência social, é necessário conhecer a rede assistencial das demais políticas públicas existentes no território.
- O Plano deve prever estratégias de integração do conjunto de serviços socioassistenciais do território.

A intersetorialidade, ou seja, a atuação conjunta, de forma articulada e integrada das políticas sociais, visa dar conta dos direitos sociais, das seguranças e das proteções sociais.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Passo 1: Desenhe o mapa do município

Passo 2: Divida o município em regiões, de acordo com seu conhecimento

Passo 3: Também de acordo com seu conhecimento, circule as áreas onde identifica maior vulnerabilidade

Passo 4: Sinalize, com pequenos símbolos de sua escolha, a localização dos serviços socioassistenciais que conhece.

Passo 5: Faça uma análise da situação encontrada



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

I) Indicadores de monitoramento e avaliação;



- A NOB/SUAS 2012 dedica a Seção III do Capítulo VIII para estabelecer as diretrizes para o monitoramento do SUAS e define o monitoramento como o acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
- A atividade de monitoramento está conectada com os objetivos e metas definidos, o monitoramento deve ser realizado por meio da produção regular de indicadores e da coleta de informações.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

- Indicadores são parâmetros previamente definidos para monitorar e avaliar os avanços, resultados e impactos da política.
- Podem ser definidos como uma situação ou uma característica que serve como um sinal comprobatório de que os objetivos, resultados e metas foram alcançados.
- O monitoramento sistemático dos indicadores revela aos gestores que são necessárias medidas corretivas quando o plano não estiver alcançado seus objetivos. Constitui base para o acompanhamento e a avaliação do que foi planejado.
- Para sua devida aferição, devem ser acompanhados dos meios e periodicidade de verificação.
- A função do indicador no conjunto do plano é a caracterização mais precisa dos resultados, estabelece o que e quanto se quer alcançar.



- Indicadores de processo: Apoiam na avaliação da eficiência das atividades e ações. No PAS, podem ser utilizados para monitorar e avaliar o desenvolvimento de cada programa, serviço e benefício.
- Indicadores de resultado: Ajudam a definir a eficácia dos resultados planejados. No PAS, podem ser utilizados para monitorar e avaliar o alcance das metas, resultados e objetivos específicos.
- Indicadores de impacto: Ajudam a definir a efetividade dos objetivos maiores. No PAS, podem ser utilizados para monitorar e avaliar os impactos planejados e alcance do objetivo geral.

Dica!!!

Para elaborar indicadores responda as seguintes perguntas:

O que indicará que o que foi planejado foi alcançado?

De quanto em quanto tempo será verificado?

Onde estará esta informação comprobatória?



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

- O monitoramento deve ser realizado por meio da produção, coleta e sistematização regular de informações, pelas **equipes que atuam na gestão e execução da política**.
- A **Vigilância Socioassistencial** tem um papel fundamental na produção de instrumentais, na compilação de informações e na verificação dos indicadores.
- Assim como o conjunto do plano, dados referentes aos indicadores devem ser submetidos ao **controle social** outros espaços de debate público sobre a assistência social, inclusive nos próprios territórios junto às redes e usuários.
- **Gestores e equipes** devem estabelecer um cronograma de encontros de monitoramento, avaliação e sistematização. Exemplo: Monitoramento Trimestral, Avaliações Semestrais e Anuais.



A partir dos objetivos e ações estratégicas defina ao menos **dois indicadores com respectivos meios de verificação** para a Proteção Social Básica, para a Proteção Social Especial e para a Gestão

MATRIZ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

PROTEÇÕES / GESTÃO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Proteção Social Básica		
Proteção Social Especial		
Gestão		

(Ver exemplos nas págs. 17 e 18 do documento “ESTRUTURA BÁSICA DO PAS: ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO”)



m) Espaço temporal de execução



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Este item deve ser definido levando em consideração o artigo 19 da NOB/SUAS 2012 que determina que os entres federados deverão elaborar seus planos de assistência social a cada quatro anos, de acordo com os períodos de elaboração do Plano Plurianual (PPA).

2018-2021

Sugere-se prever momentos de atualização do PAS que coincidam com o mesmo período de atualização do PPA.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Proponha uma **rotina de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização** para o seu município.

ETAPAS / MOMENTOS	PERIODICIDADE	ENVOLVIDOS	RESPONSÁVEIS



https://www.youtube.com/watch?v=XrU_1wyehbjc

DEBATE

Perspectivas do
SUAS diante do
Novo Regime
Fiscal

Textos de Apoio:

- 1) O NOVO REGIME FISCAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A POLITICA DE ASSISTENCIA NO BRASIL
- 2) NOVO REGIME FISCAL: UM GOLPE CONTRA OS POBRES

Pergunta Norteadora:

1. Quais são os desafios de planejar a política de assistência social no contexto de um projeto nacional de ajuste fiscal e congelamento do repasse de recursos?



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadernos de Informação: Diagnóstico para gestão municipal. Brasília, DF: MDS, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Informações:** Elaborando um diagnóstico para a gestão municipal. Brasília, DF: MDS/Sagi, 2008. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/dadosSv/Boletim-diag-mun.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Indicadores de programas: Guia Metodológico.** Brasília, DF: MP, 2010. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf. Acesso em: 26 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Informação:** diagnóstico para gestão municipal. Brasília, DF: MDS, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O SUAS no Plano Brasil sem Miséria.** Brasília, DF: MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Planos de Assistência Social:** diretrizes para elaboração. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Brasília, DF: MDS, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores:** Orientações básicas aplicadas à gestão pública. Brasília: MP, Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2012.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Construindo o diagnóstico municipal: uma metodologia.**

São Paulo: Unicamp, 2008. Disponível em: http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/Diagnostico_Municipal/diagnostico_municipal_TR.pdf. Acesso em: 26 jul. 2013.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 56, n.2, p. 137-160, abr.-jun. 2005.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências da Administração; Brasília: Capes, UAB, 2009.

JANNUZZI, P. M.; PASQUALI, F. A. Estimação de demandas sociais futuras para fins de formulação de políticas públicas municipais: notas para discussão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 75-94, mar./abr.1999.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Regional do Estado do Paraná. **Construção e Análise de Indicadores**. Curitiba: Serviço Social da Indústria, Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade, 2010.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

CURSO

ATUALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Facilitadora:



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

Módulo III

3.1. A IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO NO CICLO DE GESTÃO DO PAS



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

O **monitoramento** da execução da Política de Assistência Social pelo controle social **equivale ao acompanhamento da execução orçamentária** dos Planos de Assistência Social (BRASIL, 2006b, p. 40).

O **Conselho Municipal de Assistência Social** tem como uma de suas atribuições fundamentais acompanhar o processo de planejamento, contribuindo em todos os momentos: elaboração do diagnóstico, definição de objetivos e metas, previsão orçamentária, monitoramento e avaliação. Nesses momentos será tratado, em específico, **o acompanhamento da execução orçamentária**.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

O **Conselho Municipal de Assistência Social** tem a função precípua de realizar o controle e a fiscalização dos recursos destinados às ações finalísticas, ou seja: serviços, programas, projetos e benefícios previstos na **LOAS** e definidos no **PAS**.

O monitoramento deve ser realizado por meio da produção regular de indicadores e captura de informações (NOB/SUAS 2012, art. 99, parágrafo único), em três formas de coleta:

- I. In loco;
- II. Em dados provenientes dos sistemas de informação;
- III. Em sistemas que coletam informações específicas para os objetivos do monitoramento.

Para a realização do monitoramento, a aplicação de indicadores é essencial para mensurar dimensões, como definido no artigo 100 da NOB/SUAS/2012, quais sejam:

- estrutura ou insumos;
- processos ou atividades;
- produtos ou resultados.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

O monitoramento dos insumos responde a questões sobre disponibilidade e qualidade de recursos, do tipo:

- A unidade possui os recursos humanos necessários para executar o programa?
- O serviço dispõe dos materiais e equipamentos necessários para desempenhar as atividades?
- Os recursos financeiros estão disponíveis?

São indicadores de insumos:

- o número de equipamento de assistência social em dado território;
- quantidade de recursos humanos;
- recursos financeiros próprios;
- recursos financeiros de transferências.



Responde a questões sobre o desenvolvimento das variadas tarefas e processos.

São indicadores de atividade:

- número de atendimentos realizados no mês;
- número de visitas domiciliares realizadas no mês;
- quantidade de famílias cadastradas;
- quantidade de famílias acompanhadas nas condicionalidades;
- quantidade de adolescentes acompanhados para o convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
- quantidade de entidades participando de ações de Articulação Intersectorial.



Faz o acompanhamento dos produtos esperados como consequência das atividades do programa, tais como:

- quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- quantidade de famílias que recebem o benefício de superação da extrema pobreza;
- quantidade de famílias no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF);
- quantidade de adolescentes em convívio ou vivência familiar, comunitária e social.



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**

São indicadores de produto:

- aumento da frequência escolar das crianças acompanhadas nas condicionalidades de educação;
- aumento de famílias inseridas no Programa Bolsa Família;
- aumento de adolescentes em convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
- aumento de famílias no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

Articulação entre o Monitoramento da Execução do PAS e as Informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial para atualização do PAS

“Um desafio presente na vigilância socioassistencial é o de se constituir em funções restritas de fiscalização e controle, mas que sejam “campos estratégicos que incorporam uma nova prática do registro e da análise da realidade para o aprimoramento da gestão, do cotidiano dos processos de trabalho e do controle social” (BRASIL, 2013c, p. 36).



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**

**BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.**